

CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Petrolíferas 'salvas' por extensões de contratos e licenças Pág. 8

AHRA AVISA

Hotéis do infotour a privatizar este mês pelo IGAPE devem ir para cadeias internacionais Pág. 11



COVID 19

Tudo sobre o estado de calamidade

Abertura do comércio e restauração, retoma da actividade industrial, de agro-pecuária e pescas a partir de amanhã, com 50% da força de trabalho, são novidades do novo estatuto que prevê também a reabertura de serviços hoteleiro. Conheça as restrições. Pág. 14



DIOGO CALDAS,
CEO DO SECTOR
INDUSTRIAL DA
NUVIGROUP

“A água não deveria pagar IVA, em Angola é um produto de cesta básica”

ENTREVISTA. Com 25 a 30% da capacidade de produção das fábricas em uso, os desafios do momento económico e do futuro são passados em revista em exclusivo ao Valor. Diogo Caldas fala de uma relação de proximidade com o governo no sentido do apoio ao sector com propostas que incluem a redução do Imposto Especial de Consumo e do IVA e diz que Refriango não perdeu quota de mercado, apenas reduziu pelo poder de compra. Págs. 4 a 7

SUBIDA CONSISTENTE DA INFLAÇÃO ANUNCIA

Novo braço de ferro sobre estatuto de economia hiperinflacionária

BNA e Abanc venceram em 2019 diferendo sobre estatuto aplicado por auditoras. Pág. 10

Novo Ministério alvo de críticas por parte de empresários dos dois sectores

EXECUTIVO. “Juntar os dois pelouros não é uma boa ideia”, afirmam, em uníssono, porque é preciso conhecimento e investimento profundo em cada um, sendo que estão em níveis de desenvolvimento diferentes e que “já se tentou este modelo em 2010, mas falhou”. Pág. 9

25 de Maio 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 210
Director-Geral
Evaristo Mulaza



AS RAZÕES DA CONTRADIÇÃO

As dificuldades de compreensão dos aparentes paradoxos no combate à pandemia da covid-19 mantêm-se. Grosso modo, a população continua a interrogar-se sobre a razão de se flexibilizarem as medidas de restrição à actividade económica e social, quando os casos de infecção no país aumentam ao ritmo diário. No 'Fórum Essencial', por exemplo, o espaço matinal de opinião dos ouvintes da Rádio Essencial, os questionamentos sobre as contradições das decisões governamentais são diários. O mesmo sucede nas redes sociais, em que as mais diversas opiniões sobre o tema se cruzam nas críticas a um Governo que se limita a imitar as decisões que são tomadas em Portugal pelas autoridades desse país. E a população, nesse quesito particular, não poderia estar mais certa. Tal é a dependência ao caso português que Angola foi obrigada a aprovar às pressas uma lei que permitiu a declaração do estado de calamidade pública esta segunda-feira, seguindo precisamente a indicação que Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa haviam antecipado para Portugal.

Excluindo, entretanto, a parte humilhante da imitação – a que se refere às leis – o resto que o Governo vai imitando na gestão da pandemia é perfeitamente compreensível. Porque, em bom rigor, o combate global da covid-19 está a ser feito numa lógica de replicação dos melhores exemplos. Ao mesmo tempo que se condenam os

considerados exemplos-a-não-seguir, como é o caso do Brasil, dos Estados Unidos e da Suécia, esta última que terá optado até pela chamada 'imunidade de rebanho'. A tal prática que consiste na tentativa de imunização natural da população, atingindo o maior número possível num curto espaço de tempo.

Voltando aos paradoxos e porque os editoriais também servem para esclarecimentos, recuperemos parte do editorial do VALOR, de 27 de Abril: "As decisões contraditórias na gestão da crise sanitária explicam o que ainda não sabe sobre a pandemia da covid-19. É o que se passa um pouco por todo o mundo e Angola não é excepção à regra. Nas três etapas já decretadas do estado de emergência, as restrições à actividade económica e social foram sendo desagravadas à medida que os casos confirmados de infecções aumentavam. É um paradoxo com uma explicação aceitável: em certa medida, as autoridades sani-

tárias começaram a gerir a crise em meio a uma ignorância generalizada. A solução passou por endurecer primeiro para desagravar depois, consoante se foi sabendo mais do comportamento do vírus. É por isso que o Ministério da Saúde começou, por exemplo, por desincentivar o uso das máscaras particularmente por pessoas não infectadas e agora afirma que as máscaras são imprescindíveis. É compreensível, mas é também lamentável que não haja humildade suficiente para se reconhecer isso, que não se sabia. Ao invés disso, muitos preferem mesmo brincar aos heróis", escrevemos, neste espaço, no mês passado.

E entre finais de Abril e finais deste Maio, não deixaram de surgir vários outros factos que confirmam a ignorância generalizada. Que o diga a própria Organização Mundial da Saúde que, depois de ter alertado para a sobrevivência do vírus em diferentes superfícies, ao longo de dias, veio cá dizer que talvez a coisa não seja bem assim.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



KITOMBO ALBERTO, docente

Há previsões de reinício das aulas no ensino superior, primário e secundário. O que lhe parece?

Segundo o que nos têm dado a ver, é possível que recomeçemos em Junho ou Julho. Se assim for, teremos é que discutir se recomeçamos de onde suspendemos, dado que tivemos apenas um mês lectivo, ou se partimos já para os dois trimestres.

Mas muitos docentes manifestam-se contra o reinício das aulas, face ao risco de contaminação do coronavírus.

Compreendo a preocupação, mas é ideal que se recomece. De facto, temos muitos problemas, sobretudo no primeiro ciclo. Por exemplo, continuamos com salas de aulas com capacidade de comportar 30 a 50 alunos, mas que acabam por albergar 60 alunos. Mas se fizermos bem, podemos sim retomar as aulas.

Julga que as escolas terão capacidade para cumprir as recomendações da SADEC, dirigidas aos países que pretendam recomeçar o ano lectivo?

É possível, apesar de as escolas não terem capacidade financeira. Mas o ponto é este: se tivermos que recomeçar as aulas, temos que obedecer a requisitos mínimos e básicos de prevenção, incluindo a disponibilização de instalações de higiene, água e saneamento.

19

TERÇA - FEIRA

Angola ainda está num cenário de transmissão local com casos esporádicos da covid-19, declara a OMS em Angola, sublinhando que é necessária uma investigação rigorosa antes de declarar transmissão comunitária.

20

QUARTA - FEIRA

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, manifesta a intenção de retomar a produção de medicamentos, sobretudo os de primeira necessidade, sublinhando que há "capital humano na área farmacêutica".

21

QUINTA - FEIRA

O parlamento interrompe reunião plenária ordinária para discutir, "com urgência", a proposta de lei de alteração da Lei de Bases da Protecção Civil, que contempla a declaração de situação de catástrofe ou calamidade.



22

SEXTA - FEIRA

A Assembleia Nacional aprova a proposta de lei que aprova o Código de Imposto Predial, para substituir diplomas coloniais, de 1931, de tributação do património imobiliário, prevendo agora a tributação de terrenos agrícolas improdutivos.



16

SÁBADO

O perímetro irrigado do Moxico vai ser reabilitado brevemente, para o fomento da produção agrícola, informa o governador Gonçalves Muandumba.



17

DOMINGO

A Taag inicia voos humanitários de transporte de materiais de biossegurança da China, depois de o Estado ter rescindido o contrato com a Ethiopian Airlines, revela o director do GCII, Carlos Vicente.



SEGUNDA-FEIRA

A 7.ª Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, 'Ambiente Angola 2020', prevista para 5 a 8 de Junho em Luanda, é adiada devido à covid-19, anuncia o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.

COTAÇÃO



LUFTHANSA COLOCA DAX NA LIDERANÇA...

O Dax, principal índice do mercado de acções da Alemanha, com 2,9% registou o maior crescimento entre os mercados europeus. Contou com a contribuição da Lufthansa que cresceu 7,5% na sequência da aprovação, pelo governo, de um pacote de 9 mil milhões de euros e a confirmação de que retomará os voos a vinte destinos a partir de meados de junho. O Dax terminou o primeiro dia da semana com 11.391 pontos, o nível mais alto deste 6 de Março



...EM DIA DE POUCAS NEGOCIAÇÕES

No global, o índice da zona do euro terminou com alta de 2,1% num dia de poucas negociações a nível mundial por, na generalidade, os mercados nos Estados Unidos, Reino Unido e alguns países asiáticos estarem fechados por feriado. O CAC-40, o mais importante índice da Bolsa de Paris, registou o segundo maior crescimento dos mercados europeus com 2,15% para 4.539 pontos.

Entrevista

DIOGO CALDAS, CEO DO SECTOR INDUSTRIAL DA NUVIGROUP

“Refriango não perdeu quota de mercado, mas reduziu pelo poder de compra”



Mário Mujetes © VE

Estima que o sector das bebidas esteja a trabalhar apenas a 30 por cento da capacidade e calcula que a situação se possa agravar se o Governo não revir para baixo o Imposto Especial de Consumo. Defende que a água deve fazer parte da cesta básica e ainda que não existe no país espaço para novos investimentos no sector das bebidas.

Por César Silveira

Recentemente, algumas cervejeiras, incluindo a Refriango, baixaram o preço da cerveja. Qual é o racional numa

altura em que as empresas se queixam de dificuldades financeiras? No caso da Refriango, e em concreto da Tigra, que é a única cerveja que hoje a Refriango vende, não houve qualquer alteração. A Refriango não faz alteração do preço há mais de seis meses. A

última foi efectuada aquando da implementação do IVA, em Outubro, e, desde então, temos mantido o mesmo preço de venda. É vendida a 150 kwanzas. A Tigra é uma cerveja que tem vindo a ganhar espaço nos últimos tempos, começou em Angola, em 2016, é a mais recente de todas que são vendidas no mercado. Temos trabalhado no sentido de garantir a máxima qualidade. Tem vindo a ganhar muitos consumidores ao longo dos últimos tempos. Temos uma quota de mercado muito superior à que tínhamos nos anos anteriores.

Mas a informação que temos é que, assim como o Grupo Cas-

tel, a Refriango também baixou o preço da Tigra?

Sei que o Grupo Castel alterou preços, houve uma redução nos preços, mas a Refriango não fez qualquer alteração.

A Tigra tem vindo a ganhar quota no mercado e, na globalidade, como é que estão posicionadas as outras marcas da Refriango no mercado?

Começo por falar do mercado. Tem vindo a reduzir ao longo dos últimos tempos muito pelo poder de compra dos consumidores. Sentimos que há uma redução do poder de compra nos últimos anos que afecta muito todo o nosso negócio. Acabámos por reduzir as nossas vendas, de quase todos os produtos, de um ano para outro, na ordem dos 30 a 40 por cento. Não sentimos que perdemos quotas de mercado para a concorrência, mas que as pessoas, como um todo, acabam por comprar menos. Em termos concretos, continuamos a ter marcas muito fortes como é o caso da Pura, que é a água preferida dos angolanos e que tem uma quota de cerca de 40 por cento. Depois temos outras marcas como a Blue, que é uma marca ímpar em Angola. Nasceu para os angolanos, nasceu de Angola.

É uma marca com muita força. Temos vindo a lançar novos formatos e produtos. A nossa estratégia passa sempre por conseguirmos dar o nosso produto ao preço mais acessível ao consumidor. Acabamos por fazê-lo transversalmente, não só nos produtos em que a Refriango já é líder, que é o caso dos não alcoólicos, mas no resto do portfolio.

Como olha para o futuro do sector das bebidas?

É o sector que mais se desenvolveu ao longo dos anos. Há dez anos já tinha uma capacidade instalada muito grande que permitiu que as importações terminassem. Hoje, praticamente tudo aquilo que se consome no país de bebidas é produzido em Angola. É uma grande vantagem para ajudar o Executivo a não recorrer a divisas para a importação. Isso na perspectiva do produto acabado.

Também ajudou muito o desenvolvimento da economia porque conseguimos trazer fábricas para as matérias-primas. Para produzir uma garrafa de água, precisamos das pré-formas, dos rótulos e das cápsulas, e tudo isso já é produzido

“Achamos que a água não deveria pagar IVA, estamos a colocar um imposto de 14% sobre um produto que é básico e que deveria chegar a todas as pessoas ao menor preço possível.”

em Angola. É o que o país precisa. Como disse, o sector tem vindo a reduzir muito pela falta de procura e isso leva-nos a um problema. A nossa capacidade instalada apenas utiliza 25 a 30 por cento da ocupação total. Ou seja, a Refriango e o Grupo Castel têm mais fábricas com linhas paradas. É um desafio para frente e em que temos vindo a pensar e a trabalhar.

Quais são as possíveis soluções?

Temos trabalhado como o Executivo. Há várias propostas em cima da mesa para nos ajudar e continuar a apoiar o sector das bebidas numa perspectiva, por exemplo, do IEC, que foi implementado em Outubro com uma taxa de 25% para as cervejas. Afecta o consumo. Há uma proposta para redução. No caso da água, hoje em dia, em Angola, é um produto de cesta básica porque, infelizmente, ainda não temos água canalizada. Enquanto industriais de bebidas, achamos que a água não deveria pagar IVA, estamos a colocar um imposto de 14% sobre um produto que é básico e que deveria chegar a todas as pessoas ao menor preço possível.

Sentem da parte do Governo sensibilidade para catalogar a água como produto da cesta básica?

O tema foi ouvido pela AGT e pelo Ministério das Finanças. Acho que está a ser analisado. Ainda não tivemos feedback, mas acredito que podem ter em consideração. Acho normal que um produto que não chega a todas as pessoas, e que é básico, possa ser considerado de cesta básica, considerando que o poder de compra vai continuar a reduzir.

O que acha que poderá acontecer caso o Governo não atenda a estas preocupações, sobretudo à redução do IEC?

É um pouco aquilo que tem vindo a acontecer. Redução das vendas e da produção. A perspectiva futura é um pouco essa. Sem a redução do IEC, vai continuar a haver uma continuação da redução do consumo. Depois temos a desvalorização que continua. Na semana passada, estava 580 e esta semana está 620 kwanzas. O petróleo acaba por afectar bastante toda a economia e, apesar de o preço estar um bocadinho melhor, ainda está em valores muito baixos para aquilo que é a sustentabilidade do país. Por isso, é importante continuar a

Sem a redução do IEC, vai continuar a haver uma continuação da redução do consumo. Depois temos a desvalorização que continua.

Hoje em dia, como o preço é muito importante para o consumidor, muitas empresas que produzem no país não produzem com níveis de qualidade mínimos.

acreditar no país, continuar a fazer investimentos noutras áreas.

A Refriango, hoje, já investe também na agricultura, estamos a produzir milho que depois podemos também integrar na cerveja. Acho que é por aí que as empresas e empresários de grande dimensão têm de apostar. Têm de continuar a olhar para o país como uma oportunidade. De facto já investiram, mas temos de continuar a olhar para o país numa lógica futura e perceber quais os caminhos e como podemos reduzir a necessidade de divisas e importações. Na perspectiva da exportação, acho que há potencial. Temos vindo a falar também muito com o Executivo para nos apoiar com



Mário Mujetes © VE

métodos e mecanismos para tornar célere a exportação, tendo em conta que há hoje uma capacidade instalada muito elevada no país, é importante encontrarmos países e incentivos para conseguirmos ser competitivos e exportar.

A Refriango é, de facto, a maior empresa do Grupo Nuvi ou é apenas uma projecção de quem está de fora?

Sim, é a maior empresa do grupo.

Em termos de negócio, qual é a quota que representa e como é que está estruturado o grupo?

O grupo Nuvi está em três sectores. O da indústria, onde temos a

Refriango, no sector das bebidas em que temos as águas, sumos, refrigerantes, energéticos. Temos também a distribuição do Moët Chandon e uma parceria com a Diageo, uma empresa internacional, a maior do mundo em destilados. Temos uma parceria para produzir em Angola destilados. Hoje produzimos o gin Gordon, que é o mais vendido em todo o mundo. Esta parceria foi feita na lógica não só produzir para o mercado de Angola, mas também para a exportação. Ainda no sector da indústria, o grupo tem a Nuvibrand, que é uma empresa do sector dos detergentes do lar e do personal care. Temos mar-

cas com muita qualidade e conhecidas no mercado como o Fada, Oasis, Proderme. É o sector mais pequeno, mas acreditamos que com potencial. Fizemos grandes investimentos, estamos satisfeitos com o negócio e achamos que há potencial para continuarmos a investir. Este é o primeiro sector do grupo. O segundo, é o do retalho em que temos o Mega, que é retalhista alimentar onde temos o Cash and Carry Mega, os Bem Me Quer, com 450 lojas, e temos agora uma nova insígnia, que é o Arreou. É uma loja de proximidade, mas a grosso, e que actualmente já conta seis lojas, que acreditamos que vai expandir-se. Vamos tentar abrir três a quatro lojas por mês. O último sector é o da Agricultura, em que já temos vindo a fazer investimentos há sete anos. Temos uma fazenda com 100 mil hectares, onde temos todas as condições de regadio para 700 hectares onde produzimos milho.

A indústria tem uma grande quota?

Sim. É uma área que representa possivelmente 80 ou 85 por cento do negócio do grupo, mas queremos continuar a investir nas outras áreas.

A Zona do Comércio Livre está cada vez mais próxima da realidade. Como olha para a concorrência no sector das bebidas?

Existe muito potencial para as bebidas produzidas em Angola exportarem. Claro que é possível outras bebidas entrarem em Angola, mas olho para a perspectiva do preço. A cerveja produzida em Angola, por litro, é a mais barata de África para não dizer do mundo. Estamos a vender a cerveja a um preço muito baixo por litro. Se analisarmos outros países, não existe o preço de cerveja tão baixo. Acho difícil outras marcas entrarem em Angola. Existem desafios aqui que estão a ser ultrapassados para a exportação, que passa muito pelas certificações de qualidade das empresas. Nós, Refriango, já temos estas certificações e isso vai dar-nos esta garantia. Com a Diageo e esta parceria internacional a que me referia, e que nos permite produzir a Smirnoff e o Gordon, a nossa expectativa é a de que, a curto prazo, comecemos a exportar para outros países onde eles estão presentes apenas com a parte da distribuição.

Continua na página 6

Entrevista

Continua da página 5

Em África, estes produtos só são produzidos em Angola e, por isso, a nossa expectativa é produzir em Angola para mandarmos para outros países do mundo.

Mas olhando para o mercado como um todo?

Numa perspectiva geral, é importante haver organização das empresas, da qualidade... A qualidade é muito importante. É algo que também temos vindo a trabalhar junto do Executivo para haver aqui uma concorrência leal na perspectiva da qualidade. Hoje em dia, como o preço é muito importante para o consumidor, muitas empresas que produzem no país não produzem com níveis de qualidade mínimos. É importante que o Executivo ande em cima destas empresas para garantir este nível de qualidade. Depois, em termos fiscais, é fundamental que o Executivo ande atrás destas empresas. Existe uma concorrência desleal muito grande. Enquanto uma Refriango paga todos os impostos, existem empresas deste mercado que não pagam, e acabamos por ficar penalizados.

Quando se refere a esta concorrência desleal, está a fazer referência a outros grandes grupos como, por exemplo, o Grupo Castel?

Os grandes grupos são grandes contribuintes, são empresas cumpridoras, mas depois existem pequenos industriais que acabam por conseguir fugir ao IVA, ao IEC, não facturam os produtos e o valor que devem entregar ao Estado acaba por ser lucro deles. Têm este benefício em termos de preços.

Considerando o nível de informalidade do mercado, pensa que é uma situação de fácil resolução?

Acredito e acho que a implementação do IVA foi um primeiro passo neste sentido. Estamos, provavelmente, melhor e mais organizados, mas é importante criarem-se equipas para se fazerem as fiscalizações. É importante haver um aperto na fiscalização destas empresas para que se combata esta concorrência desleal.

Como analisa o impacto da covid-19 na vossa actividade?

O país mudou e com este estado de emergência tivemos de fazer um plano de contingência de imediato



Diogo Caldas,
CEO do sector
industrial
da NuviGroup

As empresas vão sempre dizer que nunca nada é suficiente, queremos sempre mais. Mas reconheço que o próprio Executivo está a atravessar momentos complicados...

em termos de produção. Tivemos de implementar um plano muito concreto para não pararmos. Tínhamos uma responsabilidade muito grande de conseguir abastecer o país de água. O que fizemos foi alojar dentro do nosso complexo industrial 750 colaboradores. Criámos condições para

estes colaboradores terem não só o dormitório, mas também todas as refeições, tempos livres, telemóvel, televisão, ou seja, toda a parte de lazer. Continuaram a trabalhar dentro do plano de trabalho que tinham inicialmente. Houve mais custos, mas tivemos de garantir que não houvesse falta de produtos. Em relação às restantes áreas, foi muito em linha com o que foi o decreto-lei. Em termos de funcionamento normal da empresa, não houve qualquer impacto. Na perspectiva do mercado, das vendas, senti-se, há uma redução das vendas. Por um lado, pela crise do petróleo que já vinha e, por outro lado, pelo fecho de alguns mercados e armazéns. Vamos ver agora como vai evoluir.

Em relação aos colaboradores que estão alojados, circularam informações que as condições não foram assim tão bem-criadas como refere...

Depois chegou-se à conclusão que a notícia era de uma pessoa que não era da empresa e que não passava de um boato. Temos contacto regular com eles e o feedback não poderia ser melhor. Para fazermos este movimento, criámos uma equipa para tratar dos alojamen-

tos, da lavagem da roupa, das refeições. Ou seja, criámos todas estas condições. Houve um prémio para as pessoas que se voluntariaram para ficar dentro da fábrica. Não foi obrigatório. Os colaboradores, muito pelo sentido de missão que têm, voluntariaram-se, inclusive sem mais prémios, mas a empresa, por reconhecimento, decidiu dar não só um cabaz de cesta básica, mas um prémio adicional, e o feedback é muito positivo.

O Governo criou algumas medidas para reduzir o impacto da pandemia na economia e nas empresas. Considera suficientes?

As empresas vão sempre dizer que nunca nada é suficiente, queremos sempre mais. Mas reconheço que o próprio Executivo está a atravessar momentos complicados, por isso acho que as medidas tomadas foram as que conseguiram implementar numa perspectiva de continuidade das empresas e para fomentar o investimento.

Falando em investimento, quanto é que o grupo investiu nos últimos anos?

Não tenho números concretos, mas já foi muito dinheiro. A Refriango é a maior fábrica de

África com 600 mil metros quadrados, são 60 hectares de fábrica. É uma fábrica que tem 27 linhas de enchimento. Tem uma capacidade de 2,5 mil milhões de litros de produção anual. Para garantir todo este nível de produção com a qualidade que pretendemos, com o transporte, porque a Refriango é a empresa de bebidas de Angola que faz o transporte dos produtos para os seus clientes. Ou seja, os clientes não vão buscar os produtos à fábrica. Temos uma frota que todos os dias entrega o produto não só em Luanda, mas também nas outras províncias. Entregamos em 24 horas em Luanda e em 72 horas podemos entregar no Cunene, em Malanje ou Benguela. Temos esta vantagem e foi necessário fazer um grande investimento. Hoje acaba por estar mais difícil o retorno pelas dificuldades do mercado, mas continuamos a investir porque acreditamos no potencial do mercado. Estamos em Angola a pensar a médio e longo prazos e acreditamos que é um investimento que terá o seu retorno.

Já exportam alguns produtos. Quais são os países e as quantidades?

Exportamos alguns produtos. Essencialmente o Blue, que é um produto que exportamos bastante para alguns países de África como Moçambique, São Tomé e Guiné. Também exportamos Nutry para a China, mas não são quantidades muito elevadas. Estamos a rever o nosso plano de exportação, muito aliado à Diageo onde vamos ter a oportunidade de exportar o gin Gordon e a vodka Smirnoff que nos dará a possibilidade de grandes exportações. Em relação à Tigra e a outros produtos, há outros países que estamos a avaliar, onde nos queremos implementar e ter parceiros, como a China, que é um país de grande dimensão e onde já temos vários contactos. Há uma possibilidade de entrarmos a curto prazo não só com o Nutry, que já estamos a exportar, mas com outros produtos.

Disse que a cerveja produzida em Angola é mais barata que nos outros países. Não é um contra-senso tendo em conta o custo de produção?

O preço de venda é mais baixo que nos outros países. Agora, o custo de transformação é elevado, mas diria que já não é tão elevado como era. Temos depois de olhar

“A cerveja produzida em Angola, por litro, é a mais barata de África para não dizer do mundo. Estamos a vender a cerveja a um preço muito baixo por litro.”

para outros custos, a matéria-prima que é importada e para a parte fiscal. Era importante haver aqui um alívio nesta vertente do IEC para conseguirmos reflectir esta parte do IEC no preço e conseguirmos trazer algum alívio às empresas que, por um lado, precisam de aumentar os preços pela necessidade dos custos que efectivamente existem, mas depois, não podem fazê-lo porque, se aumentam o preço, o consumo cai. É sempre uma equação muito difícil.

Como explica a importação de muita água e outras bebidas, considerando a capacidade instalada internamente?

Há muito pouca água importada, nem há necessidade. O Executivo tem trabalhado, com os pré-licenciamentos, no sentido de garantir este bloqueio. Existe alguma importação de sumo, mas o que sinto é que também tem vindo a reduzir.

Tem havido acusações sobre a existência de lobby e negociatas nas importações que prejudicam a produção local. O Grupo Nuvi tem investimentos na produção e no retalho...

O Mega, em concreto, não importa nenhum produto de bebida, não consigo comentar esta situação.

Aquando da apresentação da parceria para a produção do gin Gordon em Angola algumas vozes manifestaram receios em relação à qualidade...

A avaliação é óptima. A Diageo, sendo uma marca internacional, não permitiria ter determinado parceiro que não estivesse à sua altura para a produção deste gin e a Refriango foi o parceiro escolhido. Como disse, em África, a Diageo não tem outros parceiros para produzir estes produtos, por isso dá-nos esta garantia de que estamos no caminho certo em termos de qualidade. Temos muitas auditorias por eles para garantir que estamos a cumprir os procedimentos e temos sempre um feedback muito positivo e é sempre renovada a confiança.

O sumo ainda depende de matéria-prima importada. Para quando um sumo mais nacional?

Pode estar para breve.

Quais são os grandes desafios para essa concretização?

É preciso atrair os investidores. O investimento nas polpas são inves-

Perfil

Nascido em Lisboa, em 1987, Diogo Caldas é formado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa. Iniciou a carreira em 2008 como gestor de operações na empresa NIKE e, em 2011, passou para as funções de gestor comercial. Em 2012, assume a função de CEO na empresa Kinda Retalho, especializada em decoração. Em 2016, passou a acumular as funções de administrador e CEO da Refriango. Em 2018, assumiu a liderança da Refriango e, este ano, passou a acumular as funções de CEO da Refriango e da Nuvibrands.



Mário Mujetes © VE

O investimento nas polpas são investimentos elevados e, por isso, não é fácil trazer os players mundiais deste tipo de produtos para investirem em Angola.

timentos elevados e, por isso, não é fácil trazer os players mundiais deste tipo de produtos para investirem em Angola. Há toda uma cadeia

que é preciso desenvolver, preciso haver a agricultura que desenvolva as frutas, depois é preciso haver a indústria que desenvolva a transformação das frutas de acordo com as especificações das bebidas. Temos estado em contacto com os nossos fornecedores para se instalarem em Angola e já conseguimos no caso das pré-formas, que é um caso de sucesso. Temos estado a trabalhar com o sucesso.

Acha que ainda há espaços para mais empresas de água e cerveja?

Acho que não há, inclusive existe já um excedente grande de produção local. No caso da cerveja, há fábricas que estão a fechar. Esta é uma medida que já foi tomada pela AIBA (Associação das Indústrias de Bebidas de Angola) no sentido de o Executivo olhar para o sector das bebidas como já saturado e não dar licenciamento para novos players. É importante focalizar as divisas, que já são poucas, para aquilo que realmente é necessário para o que realmente ainda se importa muito. Na cesta básica, existem muitos produtos que precisam de investimentos para se produzirem em Angola, essencialmente nos cereais.

Não teme que seja encarado como um discurso para afastar nova concorrência?

Entendam como quiserem. Nós estamos em Angola há muitos anos e concorrência não tem faltado nos últimos tempos.

Há em carteira a possibilidade de lançamento de novos produtos?

Sim, há novas perspectivas. Nunca estamos parados. Ainda no meio da crise lançámos um produto que é o Gordon Welwitschia. É uma mistura entre o gin Gordon e a marca Welwitschia. No mundo, não há muitas marcas de água tónica que façam esta mistura. Lá está, é mais um voto de confiança por parte da Diageo. Conseguimos lançar no meio desta crise e está a ter um sucesso muito grande. Temos novos produtos no portfólio para lançar sempre numa lógica de olhar para as oportunidades que existem no país.

Resultantes da parceria com grupos internacionais?

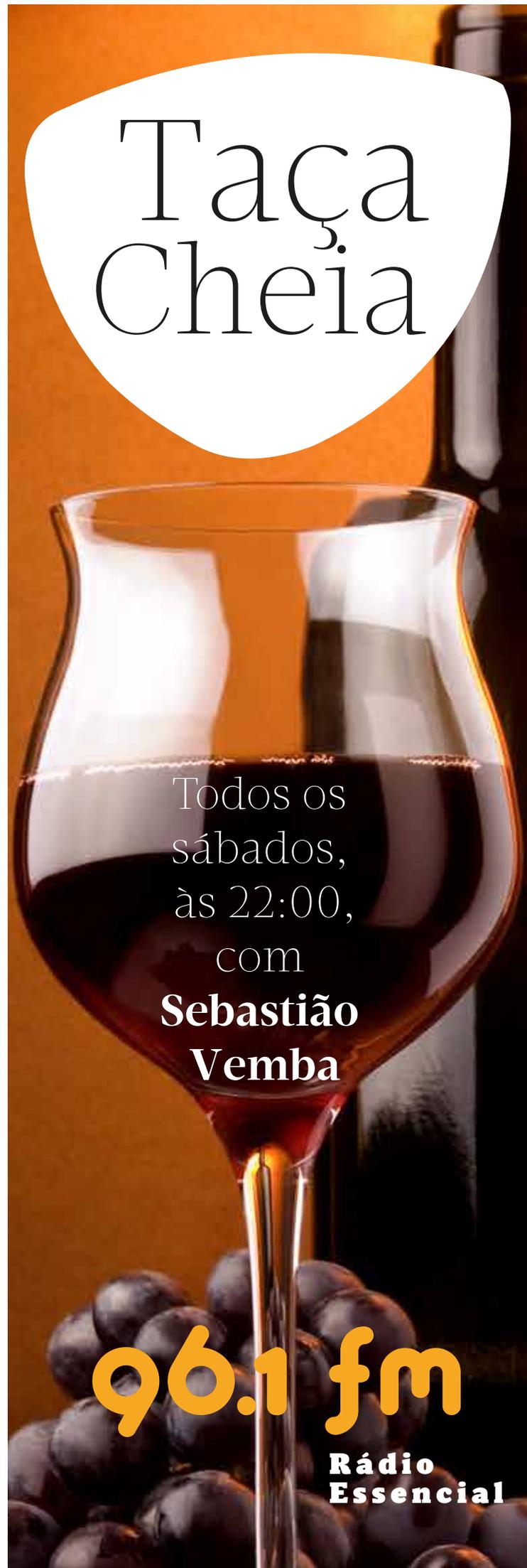
Pode ser, há hipóteses, estamos abertos à análise de novas categorias com parceiros. É um pouco a nossa visão, encontrar pessoas que possam ter o know-how de certos produtos que hoje são importados para produzirmos em Angola.

Taça Cheia

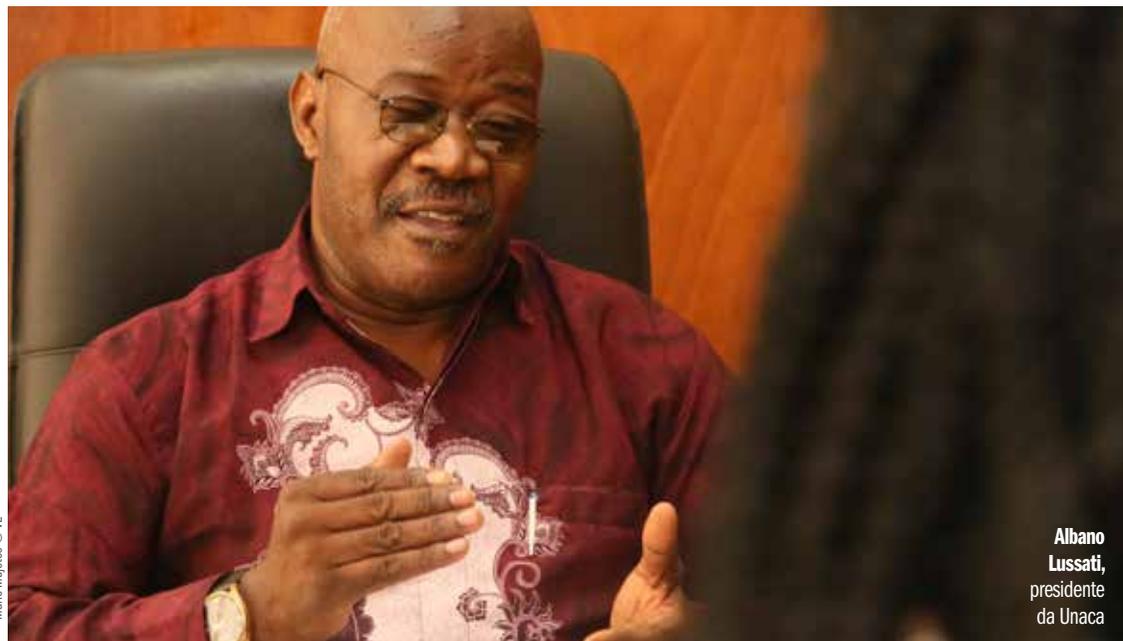
Todos os sábados,
às 22:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial



Economia/Política



Albano Lussati, presidente da Unaca

CRÍTICAS DA UNACA

PAC “sem efeito” junto dos camponeses

PRODUÇÃO. Confederação diz que associados continuam a “patinar” para a obtenção de financiamento. Organização defende modelo do extinto Papagro.

Por Isabel Dinis

MEMORIZE

● Nesta nova fase, por causa da covid-19, os camponeses defendem que sejam os comerciantes a ir ter com eles, às zonas rurais, e não o contrário.

O Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), criado pelo Governo no ano passado, “não se fez sentir”, até

agora, nas cooperativas controladas pela Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca), de acordo com o presidente da organização.

Albano Lussati alerta que as associações e cooperativas que fazem parte da Unaca “continuam a patinar para obter financiamento”.

“Quero dizer, com toda a honestidade, que o programa do PAC não se faz sentir até agora naquelas cooperativas que a Unaca controla”, lamenta o líder associativo ao VALOR. E explica que, quando é criado um programa ou um projecto pelo governo, muitas vezes, aparecem “oportunistas que criam outras cooperativas que dificultam o funcionamento do programa”.

O responsável dos produtores refuta a ideia de que muitas cooperativas agrícolas não reúnem os requisitos para receber financiamentos, assegurando que as 1.500 cooperativas e associações, controladas pela confederação, estão legalizadas e continuam o trabalho de legalização, “mas, ainda assim, continuam a patinar”.

“Se o desejo é de revolucionar a produção, deve-se revitalizar as que já existem. Muitas vezes, queremos criar uma coisa nova. A Unaca não é o monopólio do cooperativismo em Angola. Hoje, há outras organizações a criar também cooperativas. Mas é importante que aquelas que já existem, que têm vontade de produzir, sejam revitalizadas e recebam os reforços para poderem dar

um salto quantitativo”.

Albano Lussati defende ser “importante” que exista “pressão” quando há financiamento para o reembolso. “O dinheiro, muitas vezes, é entregue e o reembolso torna-se um problema sério. Muitas vezes, não tem que ver com a Unaca. Somos postos de lado e, na hora de cobrar, é um problema sério”.

EM DEFESA DO PAPAGRO

Apesar de o Programa de Aquisição dos Produtos Agro-Pecuários (Papagro) ser “conversa do passado”, muitos camponeses ainda acreditam que era o melhor programa para ajudar no escoamento de produtos.

Segundo Albano Lussati, a organização defende o modelo do Papagro, como sendo “viável, apesar dos constrangimentos” que a operacionalidade do programa registou. “É adequado ter um local onde o produtor deixa os produtos que depois são escoados para as cadeias comerciais”.

Nesta nova fase, por causa da covid-19, os camponeses defendem que sejam os comerciantes a ir ter com eles, às zonas rurais, e não o contrário.

ÀS COMPANHIAS PETROLÍFERAS

Extensão de contratos reduz pressão

Não fossem os acordos de extensão de alguns projectos de desenvolvimento petrolífero, assinados antes da pandemia entre as petrolíferas e a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANPG), algumas companhias estariam a enfrentar momentos de muita pressão face à necessidade de cumprirem compromissos e a necessidade de redução das despesas devido à pandemia da covid-19.

Esta é uma conclusão que consta nos dados sobre Angola do relatório Africa Energy a ser publicado brevemente, salientando que, devido à pandemia, muitas “operadoras estão a reduzir drasticamente as despesas de capital”. “A multinacional italiana Eni e a francesa Total, por exemplo, reduziram em 25% o investimento em exploração e produção em todo o continente em 2020. Em Angola, a Total suspendeu o desenvolvimento dos seus projectos de campo de satélite de ciclo curto, localizados perto das grandes instalações offshore da operadora. Dito isto, as recentes extensões de licença podem ajudar a aliviar o tempo e a pressão financeira

na conclusão dos programas de perfuração, cujo status permanece desconhecido para a maioria dos blocos”, lê-se no relatório.

O documento lembra, entre outros, que, “em Fevereiro, a ANPG assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com o consórcio que possui e opera o Bloco 14 para estender o seu período de exploração até 2028” e ainda que, em Dezembro de 2019, foi assinado um contrato para a extensão da licença no Bloco 17 até 2045.

“Três projectos de ciclo curto estavam inicialmente em desenvolvimento no Bloco 17, com o objectivo de adicionar 150 milhões de barris à sua produção total e 100 mil barris à sua produção diária. Campanhas de exploração adicionais também foram planeadas para desbloquear mais recursos, com dois poços planeados para perfuração em 2020 e ainda provavelmente adiados. O bloco 17 continua a ser um participante essencial nos planos da Total de aumentar a sua produção em Angola até 2023”.

O relatório faz ainda referência ao acordo de partilha de produção entre o consórcio liderado pela ExxonMobil, que opera o Bloco 15, e a ANPG e que permitiu estender as operações de blocos até 2032.



O PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO vai reunir-se esta semana com a classe empresarial numa das unidades hoteleiras de Luanda para analisar a situação económica do país

PROFISSIONAIS DA AGRICULTURA E PESCAS CRÍTICOS

“Juntar os dois pelouros não é uma boa ideia”

GOVERNAÇÃO. Recente junção entre ministérios da Agricultura e das Pescas divide opiniões. Há quem considere “as pescas um superministério, onde o retorno do investimento está garantido”, mas, que pode retroceder neste cenário.

Por Júlio Gomes

O armador Carvalho Simões socorre-se da “longa experiência” e afirma que “o sector das pescas, além de ser rentável, se bem gerido, é dos que num curto horizonte pode concorrer para o combate à fome e à pobreza”, porque “pode assegurar muitos postos de trabalho quer no mar, nos rios e nas

lagos”. Por isso, não lhe parece “uma boa ideia juntar este sector ao da agricultura”, que “tem também características próprias e requer muita paciência e atenção”.

Fernando Solinho, industrial do sal radicado no Namibe que “nunca recorreu a empréstimo bancário”, também indicou, que “o investimento nas pescas é seguro”, e o mais importante para lá das políticas governamentais “é a gestão”. Por isso, também não vê com bons olhos a junção.

O agricultor Fidelino Queiroz lembra que, em 2010-2012, “se tentou a junção” e que, “não resultou”. Hoje, também não lhe



Fidelino Queiroz, agricultor, defende que “teria sido mais útil deixar a Agricultura à solta”.

parece que seja uma boa opção. “Antes tentou-se esse modelo e não deu certo, pois são dois sectores com bastante peso na economia, tendo as áreas de actividade em espaços bem diferentes, em terra firme e outro no oceano, significando isso serem áreas de conhecimento distintas”.

Fidelino Queiroz entende que “teria sido muito mais útil juntar as Pescas com o Ambiente”, deixando a agricultura à solta, sugerindo ainda a Educação com a Cultura,

o Comércio com o Turismo, e a Indústria com a Energia”.

Na sua óptica, “o que realmente necessita de ser reduzido é o Governo paralelo constituído pelo secretariado do Presidente da República”, por “não se justificar a sua existência, já que os titulares dos departamentos ministeriais são constitucionalmente considerados auxiliares do titular do Poder Executivo”. “O que fazem os ministros de Estado?”, questiona-se ainda o empresá-

rio agrícola.

Quem também entra na conversa é um consultor das Pescas que não vê “vontade política para se fazerem as coisas”. Aliás, prosseguiu, “já houve uma fusão por dois anos e o sector das pescas simplesmente acabou por ‘morrer’”. Por isso, esse executivo que pede “salvaguarda” da sua identidade não tem certeza que, “no actual contexto de profunda crise, os dois pelouros sejam alavancados”.

“Penso que se está a brincar muito com a economia verde (agricultura) e azul (pescas). O nosso país pode viver mesmo só da agricultura, mas também pode depender de um sector pesqueiro desenvolvido. Pouco ou nada se está a fazer neste domínio desde a independência”, lamenta o consultor. Admite, por isso, que a propalada diversificação da economia para acabar com as importações e a arreliante dependência do petróleo “só poderá ser relevante se o Governo olhar com mais responsabilidade para esses ‘pesados’ sectores”.

Mais ‘prudente’ é José Monteiro, que prefere “dar benefício à dúvida”, lembrando que “o actual ministro é um quadro competente”, porém, “o melhor é dar tempo para montar o esquema de trabalho”, para se aferir depois se “o homem é ou não capaz de arcar com um superministério”. Ainda assim, deixa escapar que “não deve haver muita euforia porque o país está muito mal”.

MEDIDAS DO EXECUTIVO

O Governo aprovou recentemente medidas de gestão da pescaria marinha, da continental, da aquicultura e do sal. E quer com isso “ajustar a capacidade das capturas ao potencial disponível dos recursos biológicos, aquáticos e da aquicultura”. Na mesma ordem de ideias, pensa-se também o licenciamento das embarcações dos segmentos da pesca artesanal, semi-industriais e industriais, bem como o aumento da produção e da qualidade do sal.

António Francisco Assis, ministro da Agricultura e Pescas, afirma que, “na situação em que o país se encontra, as verbas disponíveis devem ser canalizadas, preferencialmente, para o sector produtivo”. E uma das suas apostas tem que ver com a “redução do peso do Estado, alargando o espaço de intervenção do sector privado”.

Economia/Política

ENTRE JANEIRO E ABRIL

Marcha da inflação indicia novo debate sobre hiperinflação

AUDITORIA. Redução da inflação homóloga no ano passado colocou fim ao desentendimento entre auditoras do sector financeiro e BNA que recusava rótulo de economia hiperinflacionada. No entanto, a manter-se a tendência dos primeiros quatro meses de 2020, o desentendimento pode voltar.

Por César Silveira

A tendência crescente da inflação homóloga registada nos primeiros meses indicia a possibilidade de, no final do ano, se registar um novo ciclo de inflação acumulada anual próximo ou superior a 100%, marca que define as economias hiperinflacionadas, depois de, no ano passado, se registar o fim de um ciclo semelhante iniciado em 2015.

2020 abriu com uma variação homóloga de 0,02 pp, passando, depois, para 0,64 pp em Fevereiro e 1,48 pp em Março, enquanto, em Abril, passou para 2,71 pp com 20,14%. A tendência crescente contrasta com o mesmo período em 2019, em que Abril, por exemplo, viu a inflação baixar para 17,43%, uma melhoria de quadro em comparação a 21,32% registados em 2018. A tendência manteve-se até ao final de

2019, tendo a inflação homóloga baixado de 18,21% para 17,06%.

A redução colocou um fim no desentendimento que se registava entre o Banco Nacional de Angola e Abanc, por um lado, e a as empresas de auditoria, por outro, em relação ao entendimento sobre economias hiperinflacionadas. As auditoras entendiam que Angola constava de entre as economias hiperinflacionadas, classificação atribuída a países cuja inflação acumulada dos últimos três anos é igual ou superior a 100%.

Depois de, nos anos anteriores, assinarem os relatórios e contas dos bancos com reservas por não serem respeitadas as regras definidas para as economias hiperinflacionadas, as auditoras KPMG, E.Y e PWC confirmaram a saída da economia de Angola da lista das hiperinflacionadas conforme o parecer das mesmas nos relatórios e contas dos bancos BMA, BAI e BFA, respectivamente.

“Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, considerando que o indicador de inflação acumulada para



“Temos de conviver com a inflação”

O economista Galvão Branco é de opinião que, neste momento, é imperioso “conviver com esta situação, não de hiperinflação, mas de inflação acima daquilo que era o desejável”, justificando-se com a necessidade de “se injectar bastante liquidez no mercado para poder promover o consumo que, naturalmente, gera tensões inflacionistas”.

“Mas são necessárias neste momento porque, com o confinamento, o consumo começa a diminuir porque o rendimento das famílias e das empresas foi afectado. Era preciso injectar liquidez na forma de crédito, que é o que está a acontecer, e na forma de criação de moeda. E, quando se cria moeda no vazio, isso gera inflação”, explicou.

Galvão Branco acrescentou que, neste momento, não é possível “o Estado adoptar mecanismos de controlo da inflação”.

“A nossa inflação está alta, tínhamos previsto dois dígitos, é verdade, mas cerca de 15% e, neste momento, já está nos 25%. Isto tem impactos negativos ao nível do rendimento das famílias, mas não há alternativa.”

os anos de 2017, 2018 e 2019 é inferior a 100%, e dado que não ocorreram outros efeitos significativos adversos, é possível considerar que Angola deixa de ser considerada uma economia em hiperinflação em 2019”, escreve a KPMG no relatório do BMA.

Por sua vez, a E.Y salienta que, no relatório do BAI, “a tendência de descida observada na taxa de inflação permite suportar um entendimento de que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco (BAI), no corrente exercício, não corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionada”.

Posição semelhante manifesta a PWC, que, entre outros, audita as contas do BFA e do BNI, salientando, no relatório do BFA, que Angola já não é “considerada uma economia hiperinflacionária com referência a 30 de Junho de 2019”.

As auditoras, no entanto, mantêm reservas por as instituições bancárias não reajustarem os relatórios referentes aos anos anteriores. “O banco não procedeu aos ajustamentos que seriam necessários, atendendo àquela premissa e de acordo com as disposições previstas naquela norma, nomeadamente a aplicação com referência aos exercícios de 2017 e 2018, período abrangido pela hiperinflação, com o respectivo impacto nos saldos de abertura, para o corrente período”, escreveu, por exemplo, a KPMG no relatório e contas do BMA.

Entretanto, o BNA e a Abanc nunca admitiram que a economia de Angola se enquadrava no estatuto de hiperinflacionária. E, em Dezembro de 2018, a Abanc considerou que não se encontravam “reunidas as condições que justificassem a aplicação da Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29) – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias para o exercício que termina a 31 de Dezembro de 2018”.

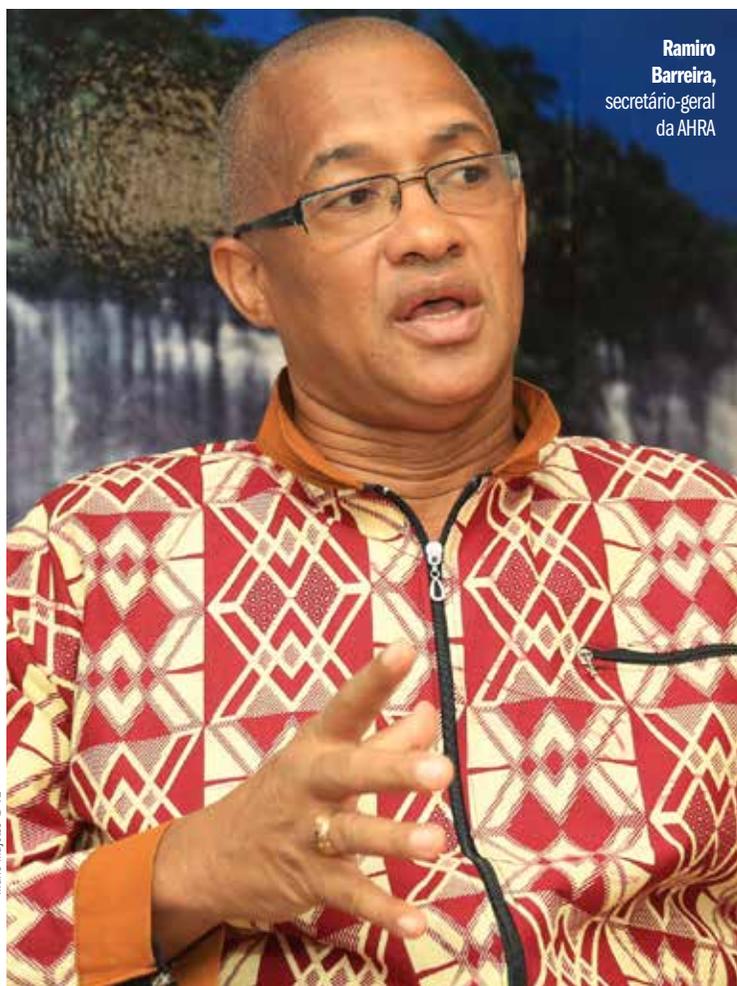
O braço de ferro entre o BNA, a Abanc e as auditoras que se defendem com a rigidez das normas quanto ao estatuto de economia hiperinflacionária pode regressar se se mantiver a tendência de aumento de inflação, quadro apontado como mais do que provável no cenário de crise económica e efeitos da pandemia que assolam a economia nacional.

Mercados & Negócios

UNIDADES SERÃO APRESENTADAS AOS INVESTIDORES NO DIA 28

AHRA defende gestão internacional para os hotéis do Infotur

TURISMO. Com registos de perdas financeiras de vários milhões por causa da pandemia, os hoteleiros estão à espera de uma resposta governamental para colmatar as dificuldades. No pós-pandemia, o sector já pensa em vistos mais facilitados e sugere voos charter.



Ramiro Barreira, secretário-geral da AHRA

Mário Mujetes © VE

Por Isabel Dinis

A Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA) defende que os quatro hotéis do Infotur, cuja privatização está prevista para breve, sejam geridos por cadeias internacionais para credibilizar a marca.

Segundo o secretário-geral da associação, Ramiro Barreira, se nenhum grupo internacional hoteleiro se interessar pelos hotéis, “o investidor angolano que os adquirir deve negociar a gestão com cadeias internacionais”.

“As cadeias internacionais têm outro nível de gestão e posiciona-

mento. Os turistas, quando vierem para Angola, acreditam mais em marcas internacionais. Essas cadeias fidelizam os clientes e têm centrais de reservas internacionais. São uma série de questões que ajudam muito a criar uma imagem positiva destes hotéis”.

O responsável da AHRA afirma que “seria bom” que cadeias internacionais como a Sheraton, Radisson e a Intercontinental também estivessem em Angola.

Ramiro Barreira não tem informações sobre se algum operador hoteleiro pertencente à AHRA vai participar na sessão de auscultação e se há interessados na aquisição dos hotéis, mas considera

MEMORIZE

● Os hotéis Infotur, sujeitos a privatização, vão ser apresentados a 28 deste mês pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE). As unidades hoteleiras estão localizadas em Benguela, Namibe, Cabinda e Huíla.

que “provavelmente devem existir, dependendo da localização dos hotéis, dos preços e da viabilidade”. O gestor é peremptório: “o Estado não pode ser detentor de hotéis”.

O turismo tem sido um dos sectores mais afectados pela pandemia da covid-19 no mundo e Angola não tem fugido à regra. Segundo cálculos feitos pela associação recentemente, as perdas estão acima dos 10 mil milhões de kwanzas por mês.

A AHRA, para tentar reverter a situação, escreveu ao Ministério da Economia e Planeamento a solicitar o apoio financeiro do Estado. No dia 18 deste mês, as associações, ligadas ao turismo, estiveram reunidas com responsáveis de dois ministérios e foi criada uma comissão que elaborou uma proposta final que deverá ser entregue à ministra do Turismo, Cultura e Ambiente, Adjany Costa.

A Comissão propõe várias medidas para colmatar os danos causados pela crise financeira e pela pandemia. As mais destacáveis passam pela suspensão, por um período de seis meses, do pagamento dos atrasados dos Impostos à AGT e ao INSS, e pelo adiamento do pagamento do imposto industrial. “Precisamos de uma estratégia para crise. Estamos com esperança que algumas medidas o Governo venha a responder positivamente”, acredita Ramiro Barreira

HOTELEIROS JÁ A PENSAR NO PÓS-COVID-19

A AHRA já está a pensar no pós-pandemia. Ramiro Barreira declara que, além das medidas que vão ser tomadas por causa da pandemia, o turismo precisa de uma segunda fase com estratégias de curto e médio prazo para tirar o sector da “letargia” em que se encontra.

O responsável recorda que o país precisa de resolver o “problema” dos vistos e dos voos charter. “Podemos fazer tudo. Podemos ter hotéis, mas sem turistas não temos nada. Precisamos de turistas”, reafirma.



INVESTIMENTO

BNA adquiriu títulos de 26 empresas

O BNA já investiu mais de 10 mil milhões de kwanzas na compra de obrigações do tesouro através da linha de liquidez no valor de 100 mil milhões de kwanzas aprovada para a compra de títulos públicos às empresas no âmbito das medidas que visam reduzir o impacto da Covid-19 No sector empresarial

No total foram realizadas 39 operações e 26 empresas procederam à venda através da plataforma de negociação da Bodiva. O BGCA liderou as transições em valor com pouco mais de 2 mil milhões de Kwanzas, seguindo-se o Banco Económico com 1,9 mil milhões de Kwanzas e o Banco Millenium Atlântico com cerca de 1,5 mil milhões de Kwanzas.

Oito instituições bancárias participaram das operações e o BAI, com cerca de 1,2 mil milhões de Kwanzas aparece na quarta posição do ranking das que maior valor intermediaram, seguindo-se o BNI com cerca de 1000 milhões de kwanzas. BFA; BCI, BIC e Banco Credito do Sul completam a lista dos bancos participantes.

(In)formalizando



APOIO AOS PEQUENOS EMPRESÁRIOS E COMERCIANTES

Coopera dispõe de 220 milhões de kwanzas para o mercado

MICROCRÉDITO. Entidade financeira do Fórum de Jovens Angolanos Empreendedores já disponibilizou em crédito um total de 29,5 milhões de kwanzas, durante o primeiro trimestre do ano, e prevê, para até ao final de 2020, emprestar a comerciantes e pequenos empresários o mesmo valor que disponibilizou em 2019.

Por Antunes Zongo

A cooperativa de crédito 'Coopera', criada há um ano pelo Fórum de Jovens Angolanos Empreendedores (Faje), dispõe de 220 milhões de kwanzas para financiar projectos empresariais ou satisfazer necessidades pontuais, como a compra de artigos domésticos ou material de escritório. No ano passado, a entidade disponibilizou o mesmo valor em crédito a pequenos investidores.

Ao VALOR, Carlos Mendonça,

director administrativo e financeiro da Cooperativa, considera o ano económico 2019 positivo, porquanto a entidade registou um reembolso de mais de 96% das prestações.

No entanto, apesar de o ano económico passado ter sido "satisfatório", a entidade não conseguiu atingir um dos principais objectivos, que passava por colocar um total de 500 milhões de kwanzas no mercado. Entre outras, Carlos Mendonça justifica o facto com a fraca procura, e prevê que este ano se registem mais pedidos de crédito face à crise, que, na maioria dos casos, força os empreendedores a recorrerem a empréstimos para reforçar o negócio.

Carlos Mendonça explica que a entidade já disponibilizou em cré-

dito mais de 29,5 milhões de kwanzas, durante o primeiro trimestre deste ano. Valor que garante ser superior em relação ao montante disponibilizado nos primeiros três meses de 2019, mas cujo total não precisou.

REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO

Para beneficiar de um crédito na Coopera, o requerente deve ser membro da cooperativa e do Faje, a entidade detentora da Coopera, bem como ter as quotas em dia. Ao nível do Faje, os membros pagam uma quota anual de seis mil kwanzas, sendo que, na Coopera, os associados singulares pagam uma participação mensal de cinco mil kwanzas e os colectivos 15 mil kwanzas.

15

Mil kwanzas, participação mensal paga por associados colectivos ao Faje.

Carlos Mendonça justifica a exclusividade de concessão de crédito a membros da entidade em respeito aos normativos do Banco Nacional de Angola sobre o sector financeiro não-bancário, que determinam que as cooperativas de crédito devem operar "para o desenvolvimento dos associados".

Ao contrário do que ocorre com as empresas de microcrédito, as regras do BNA não limitam o montante em crédito que as cooperativas podem conceder por entidade, sendo que cada cooperativa deve aprovar os pedidos de acordo com a sua capacidade financeira. Na Coopera, por exemplo, os créditos têm um valor mínimo de 50 mil kwanzas, com taxas de juros de entre 3% e 8%, de acordo com os diferentes níveis de risco de cada negócio.

REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FACE À COVID-19

Diferente de algumas instituições, a cooperativa não despediu ninguém, mas viu-se forçada a reduzir temporariamente a força de trabalho em 50%, como forma de prevenção da propagação do novo coronavírus. Os colaboradores seleccionados para trabalhar beneficiaram de uma formação sobre a covid-19, que inclui o atendimento ao cliente e a reacção a casos suspeitos.

15
anos

CELEBRAMOS
JUNTOS



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



Maio é um mês especial e de muitas celebrações importantes. É o mês de África, da Fraternidade, da Juventude, do Trabalhador e da Matemática.

A 26 de Maio de 2005 nasceu o Banco BIC. 15 Anos depois, somos um banco jovem, erguido com empenho, trabalho e a confiança dos nossos clientes. Somos uma família grande composta por 2084 colaboradores.

Crescemos muito...

Crescemos JUNTOS.



BancoBIC

DEJURE

GOVERNO ALIVIA MEDIDAS DO COMÉRCIO À RESTAURAÇÃO

Estado de calamidade reactiva economia

COVID-19. No quadro do funcionamento dos serviços públicos, diploma prevê, a partir de amanhã, a mobilização de 50% da força de trabalho e, mais tarde, um incremento para 75%. Restabelecimento total ainda em standby.

que a partir de 9 de Junho terá um incremento para 75%, estando o restabelecimento total da força de trabalho previsto para a partir de 25 de Junho.

AULAS A PARTIR DE 13 DE JULHO

Entre as várias medidas, que vão começar a vigorar logo após o terceiro período de estado de emergência, que hoje termina às 23:59, depois de ter sido declarado pela primeira vez a 27 de Março, consta a obrigação do cumprimento de distanciamento físico, a existência de soluções de higienização das mãos à entrada dos serviços e estabelecimentos públicos, uso de máscara em locais públicos e o recolhimento domiciliar.

O decreto determina também que, a partir de 13 de Julho, se inicie a preparação para as aulas no ensino superior e secundário, sendo que, a partir de 27 de Julho, começa a preparação do reinício das aulas na primária, enquanto, o ensino pré-escolar fica dependente de regulamentação própria.

A partir de 9 de Junho, serão reabertos os museus, bibliotecas, mediatecas, teatros, monumentos e estabelecimentos similares. A 8 de Junho, arrancam as feiras e exposições, estando outras actividades culturais e artísticas sujeitas à regulamentação própria.

Passa a ser obrigatório o controlo da temperatura à entrada dos estabelecimentos públicos, o cumprimento das recomendações das autoridades sanitárias, assim como o confinamento para doentes e em vigilância activa, bem como o dever de informar às autoridades sanitárias.

O documento determina a reabertura de todas as unidades sanitárias públicas e privadas, assim como os estabelecimentos de serviços curativos e preventivos, públicos e privados.

As igrejas, por sua vez, devem preparar-se a partir de 24 de Junho para cultos, mas apenas quatro dias por semana, com limitação de até 50% da capacidade dos locais, estando os restantes dias reservados à limpeza e higienização dos locais de culto.

Ainda amanhã, são retomados os transportes colectivos de pessoas e bens, no entanto, com a obrigação de os operadores cumprirem a regra de até 50% da capacidade, e, a partir de 8 de Junho, até 75%.

Luanda continua em cerca sanitária até 8 do próximo mês.



De acordo com o decreto, Luanda continua em cerca sanitária até 9 do próximo mês.

Por Redacção

A actividade industrial, agro-pecuária e pescas vai ser retomada, de forma integral, já a partir de amanhã, 26 de Maio, no quadro da declaração, pelo Governo, do estado de calamidade.

No diploma, aprovado esta segunda-feira na 4.ª sessão extraordinária do Conselho de Ministros, o Executivo decretou novas regras de funcionamento dos serviços públicos e privados com vista à

prevenção da covid-19, mantendo-se a cerca sanitária em Luanda até 9 de Junho.

De acordo com o decreto presidencial que define as regras de funcionamento dos serviços públicos e privados, durante o estado de calamidade, haverá três fases com medidas distintas: entre 26 de Maio e 8 de Junho, de 9 a 25 de Junho, e a partir de 25 de Junho, prevendo um aligeiramento nas medidas de restrição para o regresso à actividade económica.

Assim, a partir de amanhã (26), serão reabertos os serviços de venda de bens e serviços, em geral, e os estabelecimentos hoteleiros e similares. Os restaurantes, por exem-

MEMORIZE

● **A partir de amanhã,** serão reabertos os serviços de venda de bens e serviços, os estabelecimentos hoteleiros e similares. Os restaurantes, numa primeira fase, entram em funcionamento de segunda a sexta-feira entre as 6 e as 15 horas. A partir de 9 de Junho, vão funcionar todos os dias até às 22:30.

plo, numa primeira fase, entram em funcionamento de segunda a sexta-feira entre as 6 e as 15 horas. Na segunda fase, a partir de 8 de Junho, já será permitido que funcionem todos os dias até às 22:30.

A construção civil e as obras públicas também ficam sujeitas a duas fases. De 26 de Maio, iniciam-se as obras públicas urgentes, estratégicas e prioritárias e, a partir de 9 de Junho, retomam todas as restantes obras de construção civil.

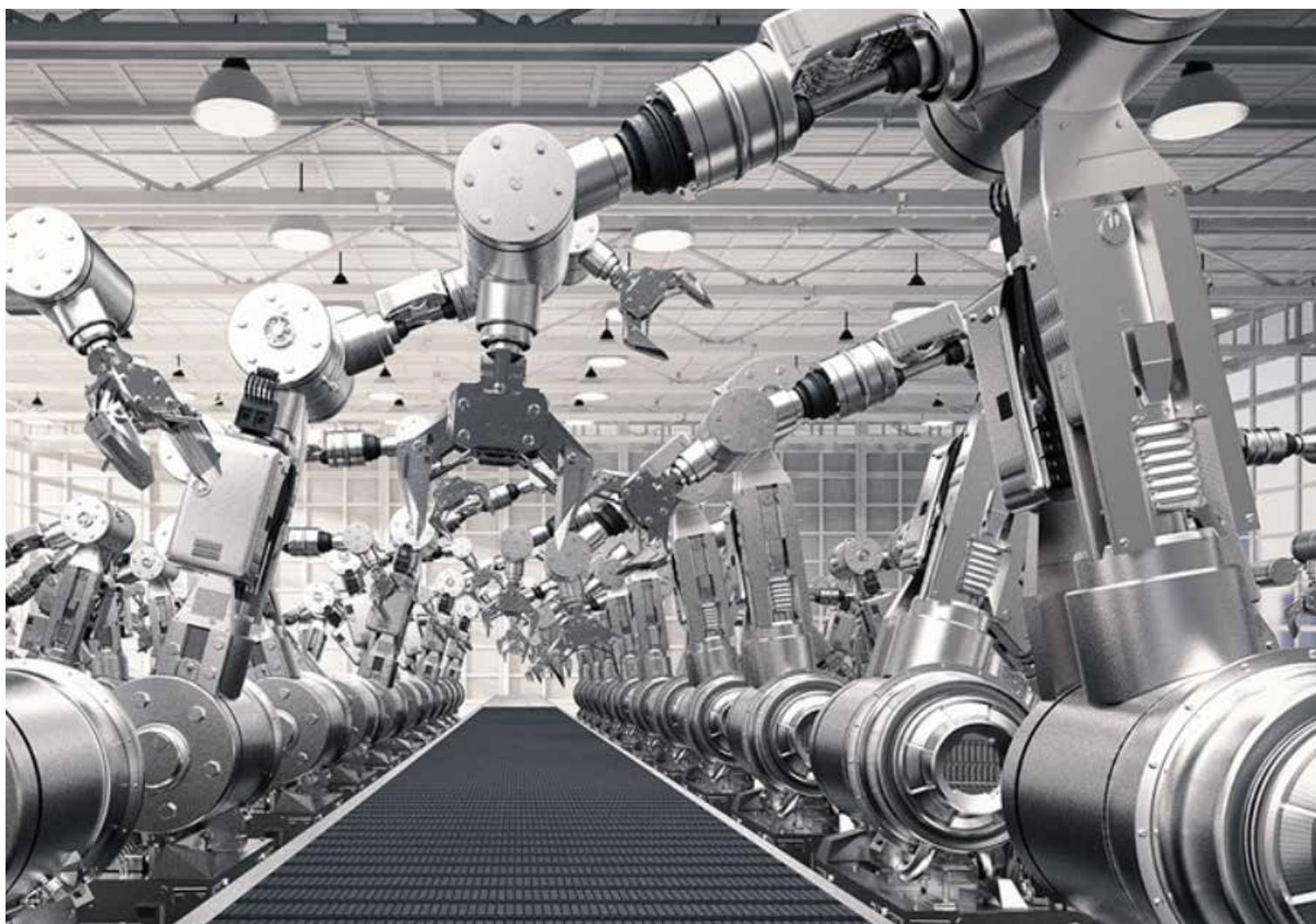
De acordo com o diploma, no quadro do funcionamento dos serviços públicos, a partir de amanhã, está também prevista a mobilização de 50% da força de trabalho,

NOVAS TECNOLOGIAS

Cadeias de abastecimento sem mãos humanas

AUTOMATIZAÇÃO.

Se é responsável pela gestão de cadeias de abastecimento saiba que a tecnologia já não vai mudar só o futuro, como esse futuro, de que andamos a ouvir falar há algum tempo, está à porta. A produção, a gestão de stocks, das cadeias de abastecimento poderá ser feita à distância e a partir de um ecrã.



Por Redacção

A prestigiada Harvard Review chama-lhe a “morte da gestão da cadeia de abastecimento” e aconselha aos funcionários e gestores das ditas cadeias a que mudem de ramo ou apostem num aprendizado tecnológico que lhes permita ocupar uma das poucas posições de controlo de cadeias, via computador.

Trata-se da substituição de toda a “obsoleta intervenção humana”, nas cadeias de gestão de stocks, de

produção e de abastecimento, por computadores e robots que podem fazer o mesmo em segundos, sem falhas, e com previsão de atrasos e com autonomia. Tudo nos próximos cinco a 10 anos.

As grandes companhias começaram a viragem através da substituição de mão-de-obra humana em tarefas repetitivas e em processos em que antigamente não se pensaria na intervenção tecnológica como encomendas, compras, envio de facturas e até atendimento ao cliente, simultaneamente processando informação que ajuda a prever faltas futuras de stocks, a diminuir a volatilidade e a otimizar processos baixando custos e aumentando a eficiência.

Algumas empresas já usam

sensores para prever avarias na mecanização e diminuir tempos de manutenção e de paragem, e visões futuristas como o uso de drones e veículos auto-comandados para entregas já estão em uso em armazéns e com testes para o exterior.

A gigante mineira Rio Tinto estava a estudar o uso de novas tecnologias que permitissem automatizar as operações desde as minas aos portos através do uso de transportes de carga pesada, sem motoristas e com o uso de câmeras e sensores de movimento controlados remotamente com segurança, sem recurso a mão-de-obra humana em ambientes pouco saudáveis e perigosos onde o erro humano custa vidas.

Um dos pilares que vem emergindo como comum nesta tendên-

cia de viragem tecnológica é o da ‘torre digital de controlo’ que funciona como um centro de decisões virtual que disponibiliza informação detalhada, cruzada e rápido acesso sobre toda a cadeia de produção e todas as suas variáveis. Uma torre típica teria poucos analistas de informação para fazer a monitorização 24 horas de vários ecrãs que detalham, em gráficos 3D, cada passo da cadeia de produção desde a encomenda até à entrega nas mãos do cliente, tudo com alertas visuais para qualquer falha ou gargalho no processo. Tudo informação livre de falhas e com o potencial de baixa de custos, de redução de ineficiências e de previsões precisas que a melhor gestão humana pode falhar.

Num cenário em que a máquinas

substituem a intervenção humana na maior parte das tarefas que integram a cadeia produtiva, os postos de trabalho que se poderão manter em demanda, são os que contribuem para a migração tecnológica das empresas, os que analisam e validam informação produzida pelas máquinas e os que têm formação e capacidades tecnológicas para as programar e para inserir algoritmos que levem à projecção de diferentes cenários.

Tudo trabalhadores altamente especializados, que podem trabalhar à distância num cenário em que fábricas com muitos funcionários susceptíveis a falhas ou a doenças (como a pandemia do covid19) serão coisa do passado. O futuro está à porta.

Opiniões

O que aproveitar do normal imposto pela Covid-19



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

segundo qual “mais contam as horas que dedicadas ao trabalho do que as horas que ficam no trabalho”. A prática devidamente aplicada pode representar redução de custos operacionais para as empresas. Aliás a sua aplicação não seria novidade de todo em Angola visto ser já uma prática na Sonangol.

O período também mostrou que não passava de atraso a resistência que se fazia ao ensino à distância que pode ser mais uma oportunidade para as instituições de ensino. Muitas, certamente, viram estudantes desistirem por incompatibilidade dos horários ou necessidade de se ausentarem do país ou da província onde a instituição está presente. É hora destas instituições investirem neste modelo, procurando ou não parcerias com instituições especializadas e tornarem o ensino à distância um modelo normal, explorando as inúmeras oportunidades como é a possibilidade de se colocarem na condição de directas de instituições localizadas em outras partes do mundo, podendo crescer face aos desafios próprios da concorrência.

Há outras vantagens desta face que podem ser destacadas, desde logo, o investimento nas tecnologias por parte das empresas. A crescente corrente no mercado de vendas online e entregas ao domicílio devem passar a ser o normal. E há mais. Assistir, por exemplo, o espectáculo musical como foi ao da ARY, numa parceria entre a Zap e a Luandina, não pode ser apenas um normal para momentos normais. Projectos semelhantes podem e devem continuar pois existe sempre quem esteja impedido de se deslocar para assistir ao vivo ou até prefira assistir a partir do sofá.

Algumas acções, criações e normais pontuais impostos pelo Estado de Emergência, agora substituído pelo Estado de Calamidade, devem, definitivamente, fazer parte do normal daqui para frente pelas vantagens e sucessos.

Hoje o foco será para questões menos macro depois de, neste mesmo espaço, termos lamentando o facto de ter sido graças à Covid-19 que o Governo vai tomando medidas que já deveriam fazer parte do normal da governação. A redução do aparelho administrativo com foco na redução nas despesas públicas foi um dos exemplos nesta ocasião em que se apelou também para a necessidade de as boas medidas manterem-se no pós-pandemia mesmo que a conjuntura economia venha a ser favorável.

Hoje um dos destaques vai para a provada capacidade do trabalhador angolano trabalhar longe da fiscalização física do chefe o que até então parecia de todo impossível, justificando-se com a obsessão em manter os horários pelas empresas. Muitas vezes criticados pela suposta irresponsabilidade, o trabalhador angolano mostrou ser capaz de trabalhar sem a supervisão física do chefe. Fica claro ser possível aplicar nas empresas o princípio



Co-sourcing: uma opção de reforço da Função de Auditoria Interna



Ângela Barros



Rui Vicente

nos de contingência e de continuidade de negócio à prova, com os modelos operacionais a serem adaptados, acelerando a transformação digital e a flexibilização da força de trabalho. Numa segunda instância, conduziu à necessidade de avaliar impactos no negócio e definir estratégias de mitigação dos riscos decorrentes (p.e. aumento do incumprimento e riscos operacionais, maior exposição a ataques de informáticos).

Este ambiente singular afetou a Função de Auditoria Interna (FAI), na condução de actividades de revisão de adequabilidade do ambiente de controlo interno e verificação de conformidade com as regras internas e o contexto regulamentar.

A adoção de medidas de resposta à actual pandemia (p.e. regras de funcionamento interno, comunicação com clientes, aplicação de moratórias, entre outras), implicou igualmente uma elevada agilidade na revisão de proces-

sos e controlos instituídos, na adopção de novos mecanismos de comunicação, partilha de informação, bem como no calendário de exercícios de reporte regulamentar e consequente ajuste dos planos de auditoria.

Torna-se por isso cada vez mais relevante olhar para o atual modelo operacional da FAI e projetar o seu futuro, compreendendo a extensão e impacto da sua actividade, avaliando a adequação dos recursos tecnológicos e gestão de talento, enquanto vectores cruciais para salvaguarda dos principais objetivos definidos no seu mandato (assurance, business insights, aconselhamento estratégico e visão dos riscos).

Gradualmente as instituições passaram a considerar o co-sourcing como uma opção para incorporar recursos com um leque diversificado de competências e experiências, facilitar a disseminação de conhecimento e melhores práticas de mercado, colmatar eventuais lacunas de recursos humanos disponíveis na FAI, acelerar a resposta a “picos de actividade” ou na capacidade de emitir uma opinião independente e crítica em áreas tecnicamente complexas e/ou de forte especialização (p.e. IFRS 9, ICAAP, AML, segurança de informação, digitalização, automatização, resiliência do negócio, alterações climáticas e sustentabilidade).

Alguns dos principais benefícios são o acesso a especialistas e facilitadores na execução das missões de auditoria interna, a redução do tempo de execução das atividades, partilha de insights relacionados com as tendências e práticas de referência, alinhamento com as práticas internacionais do Institute of Internal Auditors (IIA) e exigências regulamentares (p.e. BdP, EBA, IASB), elevando assim a qualidade do output final e da FAI.

Considerando o momento actual de elevada incerteza, o co-sourcing pode contribuir com inputs na avaliação dos principais riscos que a instituição enfrenta (entre os quais o estratégico, reputacional, cybersecurity, compliance, crédito e liquidez e fiscalidade), de novas formas de entrega (interativas, dinâmicas e flexíveis), e na comunicação com a gestão e o Comité de Auditoria, contribuindo para uma FAI mais robusta durante e após a pandemia.

A pandemia (Covid-19) trouxe um elevado grau de incerteza ao comportamento dos agentes económicos e ao sector financeiro, com um impacto social e económico alargado a nível internacional.

Inicialmente, colocou os pla-

“A maioria dos funcionários e líderes empresariais corruptos nunca vê o interior de uma cela de prisão. Para eles, roubar o dinheiro destinado às populações vulneráveis é normal.”

Corrupção assassina



John Prendergast

A covid-19 é uma bomba-relógio em África. Alguns dos riscos estão amplamente documentados. Os sistemas de saúde são frágeis e estão sobrecarregados, com dez países africanos alegadamente sem nenhum ventilador. Os abastecimentos de alimentos são instáveis e já sofreram grandes interrupções. E mais de 18 milhões de pessoas são refugiados ou deslocados internamente, deixando-os particularmente vulneráveis. Mas há outro grande obstáculo ao combate eficaz contra a covid-19 que está a ser largamente ignorado: a corrupção generalizada.

A comunidade internacional está a avançar para ajudar África a combater a pandemia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) suspendeu os pagamentos da dívida de 25 países (principalmente africanos) durante os próximos seis meses. O Grupo Banco Mundial está a disponibilizar um pacote de até 12 mil milhões de dólares em apoio imediato para ajudar os países em desenvolvimento a fazer face ao surto. Milhares de milhões de dólares em ajuda vão ser canalizados para África.

No entanto, de acordo com o Gabinete das Nações Unidas para o Controlo da Droga e a Prevenção do Crime, até 25% do financiamento global para aquisições é extraviado para a corrupção. Essas perdas são predominantes em muitos países africanos, onde altos funcionários governamentais e os seus colaboradores internacionais usaram políticas e recursos públicos para enriquecerem.

Os medicamentos doados des-

tinados aos pobres foram roubados e vendidos novamente com fins lucrativos. Os contratos de compras governamentais foram manipulados e utilizados indevidamente. Os desembolsos de ajuda externa foram desviados para contas privadas. No final de Março, um ex-ministro da Saúde da República Democrática do Congo foi condenado a cinco anos de trabalho forçado por ter desviado mais de 400 mil dólares dos fundos destinados a dar resposta ao vírus do Ébola.

No entanto, a maioria dos funcionários e líderes empresariais corruptos nunca vê o interior de uma cela de prisão. Para eles, roubar o dinheiro destinado às populações vulneráveis é normal, e, tendo em conta os poderosos contactos que têm, o castigo costuma ser a coisa mais distante dos seus pensamentos.

Isto pode ser ainda mais válido durante a crise da covid-19, porque as restrições de circulação e o encerramento de escritórios paralisaram o trabalho contra a corrupção dos órgãos de supervisão, dos ativistas e da imprensa. Se não forem tomadas medidas em breve, muitos países africanos podem enfrentar taxas de mortalidade acentuadamente mais altas, não apenas derivadas da covid-19, mas também de apoios económicos e protecções sociais inadequados.

Evitar esse desfecho depende da ameaça credível de punição para quem for apanhado a roubar fundos ou a perturbar os esforços para dar resposta à covid-19, para seu próprio benefício. Felizmente, já existem mecanismos para aplicar tais punições: uma série de políticas financeiras testadas e comprovadas por governos, instituições multilaterais e bancos em todo o mundo.

Nos EUA, a Lei Magnitsky sobre Responsabilidade Global de Direitos Humanos concede ao Gabinete de Controlo de Bens Estrangeiros (OFAC), do Departamento do Tesouro, a autoridade de impor sanções a quem se envolver em corrupção



Mário Mujetes © VE

Durante uma pandemia, existe a tentação de o foco se centrar apenas na proteção da saúde pública e na promoção da recuperação económica. Mas o fracasso em continuar – e até intensificar – a luta contra a corrupção pode prejudicar seriamente esses esforços.

no sector público. Roubar, desviar ou bloquear recursos destinados ao combate à COVID-19 encaixar-se-iam perfeitamente nessa categoria.

A OFAC tem um alcance verdadeiramente global: dada a primazia global do dólar norte-americano, a grande maioria das transacções financeiras internacionais afecta o sistema financeiro dos EUA. Como resultado, a OFAC pode efectivamente retirar entidades do sistema financeiro internacional.

A Rede de Execução de Crimes Financeiros (FinCEN) – a agência do Departamento do Tesouro encarregada de combater a lavagem de dinheiro nacional e internacional, o financiamento do terrorismo e outros crimes

financeiros – também tem um papel fundamental a desempenhar. As recomendações da FinCEN dão aos bancos orientações sobre o registo de relatórios de actividades suspeitas, que as unidades de inteligência financeira podem usar para prosseguirem com investigações de corrupção. Durante a crise da covid-19, a FinCEN pode emitir um aviso antilavagem de dinheiro, alertando os bancos em todo o mundo para reforçarem as devidas diligências nas transacções financeiras suspeitas relacionadas com intervenções de emergência na saúde pública.

Da mesma forma, os bancos que operam em África podem aprimorar de forma independente as suas estruturas de avaliação de riscos e rastreio de transacções, a fim de detectarem actividades suspeitas nas fontes de financiamento relacionadas com a pandemia. Uma vez que os bancos já avaliam crimes financeiros, apenas teriam de ampliar o foco para actividades suspeitas que envolvam altos funcionários do governo, empresas com adjudicações na área da saúde pública e a saúde em geral.

Os governos e as instituições financeiras deveriam fazer mais para apoiar os grupos da sociedade, empresas responsáveis e funcionários preocupados de África que levantam bandeiras vermelhas e apitam para assinalarem a corrupção. As provas que estes actores reúnem facilitam

tará a acção legal contra redes de funcionários e empresários corruptos.

Estas soluções não são apenas teóricas; foram colocadas em prática no Sudão do Sul e na RDC, com resultados encorajadores. O empresário israelita com negócios de diamantes, Dan Gertler, ganhou milhões a saquear os recursos naturais da RDC graças a acordos com funcionários corruptos e fez a lavagem do dinheiro através do sistema bancário internacional. Mas – armados com dossiers de investigação da The Sentry, relatórios da Global Witness e o trabalho de jornalistas de investigação – os EUA impuseram sanções a Gertler e à sua rede global.

No Sudão do Sul, os avisos antilavagem de dinheiro provenientes dos governos dos EUA e do Reino Unido tornaram muito mais difícil movimentar os lucros da corrupção através do sistema financeiro internacional. Na verdade, as sanções impostas aos principais funcionários do governo e respectivos facilitadores comerciais no país – combinadas com as medidas antilavagem de dinheiro – ajudaram a impelir as partes beligerantes em direcção à paz.

Durante uma pandemia, existe a tentação de o foco se centrar apenas na proteção da saúde pública e na promoção da recuperação económica. Mas o fracasso em continuar – e até intensificar – a luta contra a corrupção pode prejudicar seriamente esses esforços. Somente implementando consequências credíveis para as perturbações relacionadas com as corrupções no combate à Covid-19, podemos garantir que os funcionários governamentais e as elites empresariais respondem às necessidades urgentes das pessoas, em vez de lucrarem com a sua miséria.

Co-fundador, juntamente com o actor George Clooney, de The Sentry, uma ONG de combate ao crime organizado proveniente das guerras.



Jornal Valor económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 208 Partilhas 89 Likes 1000

As principais chamadas da capa do VE esta semana colheram perto de 10 mil interações e os comentários focaram-se sobretudo no tema do IGAE e na entrevista ao Embaixador chinês, Gong Tao, que suscitou debates animados na página do Facebook do Valor Económico.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Chicomba Samukusoka

Enquanto não se mudar de cultura grego-latina de falar falar bonito e sempre falar e criar novas leis e instituições dando impressão que se faz muito por estar sempre a falar, levaremos uma eternidade a resolver problemas básicos da falta água e saneamento e nunca resolvermos problemas complexos como o da pobreza e da diversificação da economia. Repara que se está a falar da privatização das tais 100 e tal empresas públicas desde 2018 nesta altura a economia mundial e angolana estava em recuperação. O que fizemos? Criou-se o IGAPE, produziu-se decretos presidenciais e continuámos a falar. Hoje 2020 a economia mundial está quase moribunda e o tal IGAPE anunciou a privatização do BCI e das 6 fazendas industriais. Contas feitas a este ritmo precisaremos mais de 20 anos para concluir a privatização das empresas públicas falidas há décadas.



David Félix Hahahah antes era só bazófia, porque a China é que é, eles é que são nossos amigos, grande País e tal... agora paguem



Horacio Junior David Félix, e são o tal país e continua a ser preponderante para muitos outros países. O acidente pode até espernear mas na hora de largar a massa, desaparecem. Conferência de doadores para países onde eles mesmo promovem as guerras enviando milhares de militares e bombardeando para destruir cidades inteiras e infraestruturas, depois aparecem com empresas suas e a explorar os recursos naturais dos países que escolhem para a fazerem a guerra. Ou seja, fazem as conferências e pegam no dinheiro de volta para os seus países só com equipas de assessores técnicos. O ex-primeiro-ministro de Cabo Verde e agora o Presidente do Gana denunciaram essa "esperteza" do Ocidente que é prática antiga. O complexo ideológico não tem que vincular os angolanos. Dizem que os chineses são isto e aquilo, mas vendem as suas empresas estratégicas aos comunistas asiáticos. Todos precisam do dinheiro chinês. No fundo são uns cínicos



David Félix Horacio Junior Ninguém falou do Ocidente, aqui a questão é a China, também podíamos dizer que o Ocidente também esta cansado de dar dinheiro e ver esse dinheiro a ser mal gasto, mas não vamos ai, vamos fingir que todo o dinheiro do Ocidente foi bem gasto. Achar que a China resolve todos os problemas do País com o seu dinheiro é falta de bom senso. Quantos angolanos usufruíram do know-how chinês? Quantos tiveram empregos dignos a ganhar um salário digno com o dinheiro do chinês? Quantas construções de boa qualidade deixaram os chineses?



Horacio Junior David Félix Está redondamente enganado. O dinheiro que alegadamente é doado é gerido por instituições europeias. As assessorias técnicas levam os dinheiros de volta. Refiro-me à Inglaterra, França e Alemanha, tendo à cabeça os Estados Unidos. A Huawei tem um programa de formação em Tecnologias digitais onde centenas de jovens já se formaram Ainda no ano passado regressaram da China outras dezenas de jovens que se formaram durante 5 anos em várias áreas das engenharias. Os chineses deixaram muitas obras de muito boa qualidade. Uma coisa são as bocas de portugueses e outra é a realidade. Angola tem perto de 90.000 km de estradas. Os chineses foram os primeiros a se posicionarem e iniciaram a reconstrução de estradas ainda minadas. Se houve estradas mal construídas ou com pouca qualidade, a culpa não é de quem constrói, mas do dono que permitiu. Os chineses construíram 20 mil km de estradas. As outras estradas foram construídas por empresas portuguesas e brasileiras. Aonde estão? Como é que elas se degradaram completamente em 5 ou 6 anos? Foi graças aos chineses que Angola começou o processo de reconstrução no pós-guerra. Angola não tinha dinheiro em 2002 para começar a reconstrução do país porque o nível de destruição era enorme. Angola era considerado o país mais minado do mundo. Estão aí os 2,800 km de caminhos de ferro, centenas de pontes, e estações e apeadeiros. Eles têm dinheiro. Construíram centenas de escolas e hospitais em toda a Angola. Os chineses tiveram que desmimar os 2.800 km. Sabe o que isso significa? Quem é que disse que a China resolve todos os problemas de país algum? Falta de bom senso e cinismo, falar mal dos chineses, mas esperar o dinheiro deles. (Portugueses) venderam Bancos e empresas estratégicas aos chineses, incluindo a EDP e seguradoras. Vá ao sítio do ministério da economia português saber quantas empresas venderam aos chineses.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Covid-19

COM AJUDA DO GOVERNO

Mil mulheres vão produzir máscaras

O Governo anunciou que mil mulheres vão ser formadas, em todo o país, para com uma máquina de costura produzir máscaras sociais para a protecção contra o novo coronavírus.

Vai ser assinado um memorando de entendimento, já em fase de conclusão, entre o Ministério da Economia e a Associação de Industriais de Têxteis e Confeccões (AITC).

Segundo o ministro Sérgio Santos, a iniciativa surge também para o fomento do emprego formal para mulheres após a AITC ter aceiteado o desafio do Governo. “Queremos um mínimo de mil senhoras pelo país a terem acesso a uma máquina de costura e a um apoio por parte da associação para formação, capacitação para respondermos, de forma imediata, à produção de mais máscaras”, afirmou.

As declarações de Sérgio Santos foram feitas durante uma cerimónia de assinatura de memorandos entre o Instituto Nacional de Apoio Às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem) e operadores do comércio e distribuição e fornecedores de matérias-primas, no âmbito das medidas de alívio económico devido à covid-19.



20 DIAS SEM CONTÁGIOS

Montenegro “livre do coronavírus”

Montenegro declarou-se um país “livre de coronavírus” ao considerar que venceu a pandemia da covid-19 no seu território, que não regista oficialmente nenhum caso de infecção após 20 dias consecutivos de provas com resultados negativos. Em comunicado, o ministro da Saúde, Kenan Hrapovic, declarou que Montenegro foi o “último país europeu a registar um ‘primeiro caso’ da covid-19 e o primeiro que conseguiu erradicar o vírus”.

Segundo o Instituto de saúde pública, este pequeno país do Adriático de 650 mil habitantes não regista um novo contágio por coronavírus desde 4 de Maio, com um total de 324 casos contabilizados desde a detecção do primeiro, a 17 de Março.

No domingo foram examinadas 140 pessoas e sem resultados positivos. O Instituto de Saúde anunciou que caso a ausência de novos contágios se prolongue durante 28 dias, Montenegro proclamará oficialmente o fim da epidemia a 2 de Junho. Hrapovic agradeceu aos médicos e pessoal sanitário e ainda à população, pelo seu comportamento que facilitou esta evolução favorável.



EM JULHO

Espanha volta a receber turistas

A Espanha vai levantar a quarentena para turistas estrangeiros a partir de 1 de Julho, anunciou o governo espanhol, que dá assim um novo passo no alívio das restrições impostas por causa da pandemia da covid-19.

A decisão foi tomada numa reunião interministerial, realizada por videoconferência, convocada para analisar, em particular, o levantamento da quarentena para estrangeiros e as possíveis e necessárias medidas a adoptar do turismo de forma a organizar a futura temporada de verão e garantir as férias de milhões de pessoas em Espanha. Em mensagem

publicada nas redes sociais, a chefe da diplomacia espanhola confirmou que os estrangeiros poderão começar a entrar no território espanhol a partir de 1 de Julho, altura em que o turismo internacional irá começar “gradualmente” a ser reactivado com as condições de segurança sanitárias necessárias. A quebra no turismo, umas das principais fontes de receita de Espanha, tem prejudicado a economia do país. Por exemplo, a capital, Madrid, representa 19% do PIB espanhol, recebe 11 milhões de turistas por ano. Antes da pandemia, era considerada a capital na Europa com o maior gasto médio por turista.

A SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA encerrou uma das fábricas de tratamento e suspendeu a prospecção em outras concessões, como medidas de gestão de crise, face à covid-19, indica uma nota da empresa.

PRIVATIZAÇÕES A 27

Segunda fase adiada

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) adiou, para 27 deste mês, a privatização das 13 unidades industriais da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, revendo em baixa a perspectiva de encaixe financeiro.

O prazo do concurso público internacional foi adiado para atender às solicitações dos vários investidores que pretendem visitar e obter mais informações sobre os activos.

“Preferimos fazer um compasso de espera para ver que medidas vão ser tomadas e dar mais algum tempo”, tendo em conta a cerca sanitária imposta em Luanda, indicou uma fonte

ligada ao processo à Lusa.

Foi feita também uma reavaliação “em baixa” dos preços de referência dos activos, que incluem a Indupackage, ligada ao fabrico de embalagens metálicas, Betonar (pré-fabricados e pré-esforçados de betão), Galvanang (galvanização a quente), Inducarpin (carpintaria), Induplas (sacos de plásticos), Indutive (tintas e vernizes) e Mangotal (torres metálicas).

A lista inclui a Pipeline (tubos de PVC), Telhafel (telhas metálicas), Transplas (acessórios de PVC PE), Vedatela (vedações de arames), Absor (absorventes) e a Saciango (sacos de cimento).

No total, a privatização pode render ao Estado cerca de 71 milhões de dólares de acordo com os preços de referência de cada unidade.



ESTADO DE CALAMIDADE

Fronteiras continuam fechadas

As fronteiras de Angola continuam fechadas e sujeitas a controlo sanitário, durante o estado de calamidade que vai vigorar por tempo indeterminado.

Segundo o decreto presidencial, que determina as regras durante este período, são admitidas várias “situações especiais”. Estão neste lote, o regresso ao território nacional de nacionais e estrangeiros residentes, viagem de estrangeiros aos respectivos países, viagens oficiais, entrada e saída de cargas, mercadorias e encomendas postais, ajuda humanitária, emergências médicas, escalas técnicas, entrada e saída de pessoal diplomático e consular, transladação de cadáveres, sendo admitidos até dois acompanhantes, e entradas para cumprimento de tarefas específicas por especialistas estrangeiros.

Nos casos do regresso de nacionais e estrangeiros, emergências médicas, transladação de cadáveres e entradas de especialistas, as autoridades podem estabelecer a obrigatoriedade de testes pré-embarque, bem como a comparticipação, total ou parcial, das despesas relativas a testes pós-desembarque ou submissão a um confinamento hospitalar.

MEDICAMENTO PARA O ÉBOLA

Remdesivir eficaz no combate à covid-19

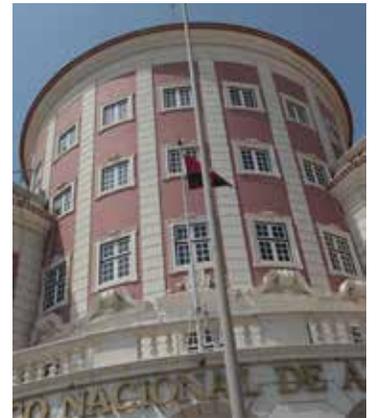
O antiviral Remdesivir é eficaz contra a covid-19 caso seja administrado antes de os pacientes necessitarem de ventilação mecânica, indica um ensaio internacional com este medicamento, coordenado pelo Hospital Can Ruti, em Badalona, Barcelona, Espanha. Segundo um comunicado divulgado pelo Instituto Catalão de Saúde, foi o Hospital Germans Trias, também conhecido como Can Ruti, que coordenou o estudo em Espanha.

O ‘New England Journal of Medicine’ publicou os resultados deste estudo internacional com este medicamento, que, de acordo com os investigadores, reduziu em 31% o tempo de internamento dos pacientes com covid-19.

Os resultados do estudo indicam que o medicamento é mais eficaz se for administrado a pacientes com pneumonia que apresentam falta de oxigénio, mas que ainda não necessitam de ventilação mecânica. Apoiado pelo Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas dos Estados Unidos (IAID), o ensaio internacional teve a participação de 68 centros hospitalares, dos quais 47 dos Estados Unidos e 21 da Europa e Ásia.

Os dados preliminares foram divulgados a 29 de Abril, quando os cientistas verificaram que o uso do Remdesivir, um antiviral de uso hospitalar inicialmente projectado contra o Ébola, trazia benefícios claros para os pacientes, pelo que consideraram que era antiético não avançar com a experiência.

No total, 1.059 pessoas participaram do estudo, das quais 538 receberam Remdesivir e 521 apenas placebo, por um período de 10 dias.



NAS EMPRESAS

BNA lança inquérito sobre impacto da pandemia

O Banco Nacional de Angola (BNA) vai realizar um inquérito destinado às pequenas e médias empresas para obter informações sobre o impacto da covid-19 na produção e no comércio.

De acordo com um comunicado do BNA, o inquérito destina-se a empresas ligadas à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, indústria transformadora, construção, transporte e armazenagem, comércio, educação, alojamento e restauração, comunicação, informação, entre outros. O inquérito, que se manterá enquanto o país enfrentar a pandemia de covid-19, deve ser submetido ao BNA até ao dia 15 de cada mês, referindo-se ao mês anterior. A auscultação referente a Abril de 2020 deverá ser submetida no período entre 25 e 29 de Maio de 2020.

MOÇAMBIQUE

Oposição defende “medidas mais arrojadas”

O presidente da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição, defendeu a aplicação de “medidas mais arrojadas” contra a covid-19, face ao aumento de casos da doença, mas mostrou-se contra a imposição de um confinamento total.

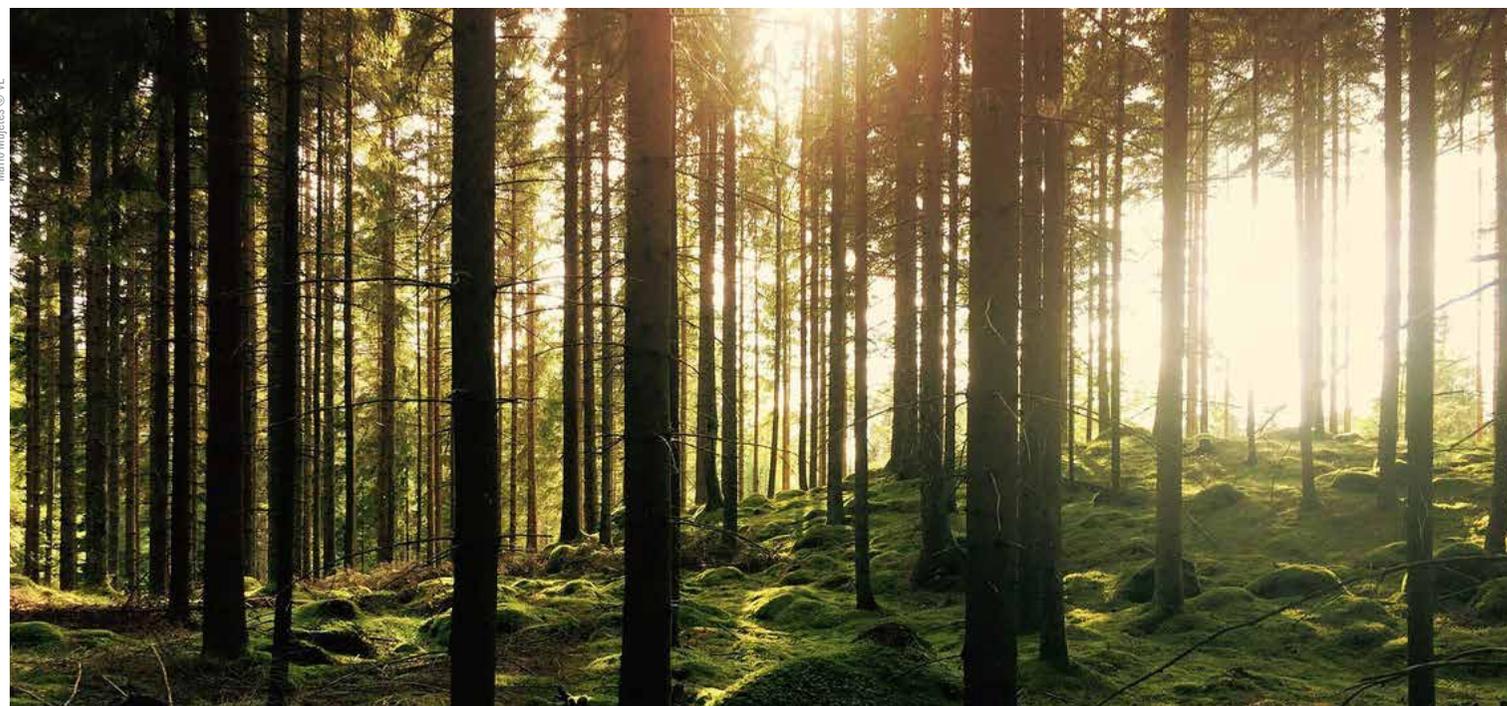
Segundo Ossufo Momade, “é urgente que o governo acautele e aprimore medidas mais arrojadas para combater esta pandemia, um dos inimigos mais mortíferos da actualidade”.

Sem especificar o tipo de acções que podem ser adoptadas, o líder da Renamo sugeriu que o governo evite um confinamento mais restritivo, porque “não é desejável” para a população moçambicana. Momade acusou as autoridades de tratarem com ligeireza casos de violação do estado de emergência por parte de dirigentes do Estado e lidarem de forma mais dura com casos de desrespeito por parte da população.

Marcas & Estilos

ALERTA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Protecção das florestas é fundamental para salvar biodiversidade



SUSTENTABILIDADE. Novo relatório destaca importância desses ecossistemas para proteger espécies do planeta; mico-leão-de-cara-dourada, no Brasil, é um dos exemplos do risco de extinção; cerca de 420 milhões de hectares foram destruídos desde 1990, mas taxa de desflorestação anual diminuiu.

Por Antunes Zongo

MEMORIZE

● **A pesquisa destaca** grandes fogos que ocorreram em 2019, como na Amazónia e na Austrália, dizendo que “causam grandes perdas de vidas humanas e animais, propriedades e bens económicos e ambientais.”

30%

De todas as florestas tropicais fazem parte de áreas protegidas.

O relatório Estado das Florestas do Mundo alerta que é preciso tomar acção urgente para se proteger a biodiversidade das florestas devido a taxas alarmantes de desflorestação e degradação.

Publicada no Dia Internacional da Biodiversidade (22 de Maio), a pesquisa mostra que cerca de 420 milhões de hectares de floresta foram perdidos desde 1990, mas a taxa de desflorestação anual diminuiu nas últimas três décadas.

Estes ecossistemas abrigam a

maior parte das espécies do planeta, com cerca de 60 mil espécies de árvores, 80% de todos os anfíbios, 75% das aves e 68% dos mamíferos.

Um dos exemplos destacados no relatório é o mico-leão-de-cara-dourada, do Brasil. O relatório afirma que a floresta da região está muito fragmentada, devido a décadas de desflorestação, e por isso o animal corre risco de extinção. Nesse momento, é estimada uma população entre 6 mil e 15 mil macacos.

A maioria encontra-se na Reserva Biológica de Una. Apesar de poderem viver em plantações recentes com algumas árvores mais velhas, não sobrevivem em regiões sem árvores de grande

porte, onde precisam de dormir durante a noite para sobreviver a predadores.

A protecção destes ecossistemas também tem uma importância económica. As florestas fornecem mais de 86 milhões de empregos. Daqueles que vivem em extrema pobreza, mais de 90% dependem destes recursos para sua subsistência. Esse número inclui 8 milhões de pessoas na América Latina.

10 MILHÕES DE HECTARES PERDIDOS

O relatório destaca que mais de metade das florestas de todo o mundo podem ser encontradas em apenas cinco países: Brasil, Canadá, China, Estados Unidos e Rússia.

Apesar da desaceleração da

taxa de desflorestação, cerca de 10 milhões de hectares ainda estão a ser perdidos a cada ano através da conversão para agricultura e outros usos da terra.

Os fogos florestais são outra ameaça. Cerca de 90% são contidos imediatamente, mas os 10% que não são controlados são responsáveis por 90% da área queimada.

A pesquisa destaca grandes fogos que ocorreram em 2019, como na Amazónia e na Austrália, dizendo que “causam grandes perdas de vidas humanas e animais, propriedades e bens económicos e ambientais.”

MUDANÇAS TRANSFORMADORAS

O relatório foi produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO, em parceria, pela primeira vez, com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma.

Em nota conjunta, os chefes das agências, Qu Dongyu e Inger Andersen, disseram que “são necessárias mudanças transformadoras na maneira como se produzem e consomem os alimentos.” Além disso, é necessário adoptar um modelo de gestão integrada e reparar os danos causados nas últimas décadas.

O relatório aponta ainda alguns avanços de conservação. Neste momento, mais de 30% de todas as florestas tropicais fazem parte de áreas protegidas.

SOLUÇÕES ESTÃO NA PRÓPRIA NATUREZA

Numa mensagem no Dia Internacional da Biodiversidade, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, disse que as soluções para os problemas desta área estão na própria natureza.

Segundo Guterres, a preservação e a gestão sustentável da biodiversidade são necessárias para mitigar as perturbações climáticas, garantir a segurança alimentar e de água e até mesmo prevenir pandemias. O chefe da ONU lembrou que a pandemia da covid-19 emanou da natureza e que a crise “mostrou como a saúde humana está intimamente ligada à relação que tem com o meio ambiente.”

À medida que os seres humanos invadem a natureza e esgotam habitats vitais, um número crescente de espécies fica sob risco. Para Guterres, a humanidade e o futuro que as pessoas desejam também correm risco.

Ambiente



TURISMO

Das acácias aos ócios marinhos

Benguela é conhecida pelas belas praias, pelas acácias rubras e belezas femininas, como é o caso de Leila Lopes, a Miss Universo 2011. Aqui, há praias para todos os gostos. Das mais isoladas às mais frequentadas para apreciadores de mergulho.

Se não fosse o actual momento de restrições, a praia da Caotinha, de águas muito límpidas, pequena com apenas 100 metros de comprimento à qual se acede contornando o Morro da Caota é uma bela opção para lazer. Os hotéis Praia Morena, Luso, Grande Hotel M'Ombaka, entre outros são uma boa sugestão de hospedagem.



AUTOMÓVEL Luxo em larga escala

Este é o modelo da Mercedes Benz que vem com protecção contra explosões e rajadas de tiros com blindagem que leva peso a mais de cinco toneladas. É a maior limusina, denominada Maybach S600 Pullman. A variante Guard dispõe de 4,2 metros de entre-eixos, com o máximo de luxo alguma vez feito pela marca alemã. Custa nada menos que 1,4 milhões de euros na Alemanha. Em 2019, se estivesse interessado, poderia ter uma dessas limusinas das mãos do presidente russo, Vladimir Putin, que se preparava para vender 11 carros a um valor para bolsos nada modestos.



Duelo de titãs

Pode ganhar este primeiro conjunto misto de tabuleiro de xadrez da New York & London. Esta é a oportunidade que tem para jogar contra uma das duas cidades, com uma variedade de edifícios reconhecíveis instantaneamente.



Sustos oportunos

Assuste os hóspedes indesejados com o tapete de derramamento de sangue da Smither's. Feitas de PVC em forma de sangue derramado, as pessoas ficarão atemorizadas em perturbá-lo. Seria preciso uma pessoa corajosa para bater à porta.



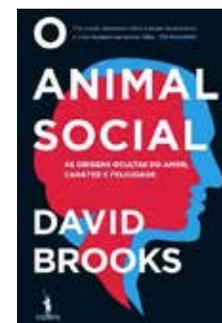
Totalmente abastecido

A cuvete comum de cubos king finalmente evoluiu. A Bloxx produz seis gigantescos cubos de gelo de duas polegadas perfeitas. O design permite que ganhe mais com a mesma quantidade de espaço no congelador, para ficar totalmente abastecido sempre que precisar.

LIVROS



PENSE E FIQUE RICO, de Napoleon Hill, é um livro de automotivação empresarial mais influente da história que nasceu de um encontro fortuito. Numa conversa, foi desafiado a entrevistar 500 milionários para descobrir o que tinham em comum.



N'O ANIMAL SOCIAL, David Brooks procurou explicações desconhecidas para o sucesso. Uma das descobertas é que somos resultado do pensamento que decorre abaixo do nível da consciência.

AGENDA

LUANDA

27 DE MAIO
A Academia BAI promove uma conversa com o humorista Costa Vilola denominada 'A minha Vida dava um filme', no âmbito do projecto 'Meu Mundo Meu Futuro', às 16 horas. O evento poderá ser acompanhado a partir das redes sociais do artista.

30 DE MAIO
O Show do Mês apresenta o concerto dos Kiezos (live na página oficial da promotora do evento), a partir das 16 horas.

31 DE MAIO
A Televisão Pública de Angola e Platinaline apresentam um 'live show' solidário com Walter Ananás e Heavy C, a partir das 14 horas.

NÚMEROS DA SEMANA

100

Milhões de kwanzas, valor que o projecto agro-pecuário Agrolive vai investir nas culturas de milho e feijão, no Huambo.

28,5%

Redução das importações do primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre do ano passado.

270

Milhões de dólares, valor que a Taag estima ter de prejuízos até ao final do ano, revelou o presidente da comissão executiva, Rui Carreira.

817,7

Milhões de kwanzas, montante que o Estado já disponibilizou para a execução de 29 projectos dos 56 previstos e inscritos no PIIM.



NEGOCIAÇÃO DE DIVISAS

23 bancos aderem à FXGO

O BNA anunciou, nesta segunda-feira, que a FXGO conta já com 23 bancos e oito empresas do sector de petróleo e vai abrir-se às companhias de diamantes e ao Tesouro Nacional.

A plataforma electrónica FXGO, contratada à Bloomberg, possibilita a negociação, em tempo real, entre vendedores e compradores de moeda estrangeira, sendo as taxas de câmbio livremente negociadas entre as partes, permitindo que a parte que inicia a compra ou a venda de moeda estrangeira possa ter acesso a ofertas de várias contrapartes ao mesmo tempo e assim possa escolher a melhor.

O BNA decidiu que as primeiras entidades a negociar as suas operações, através desta plataforma, seriam os bancos e as empresas de petróleo e gás nas vendas de moeda estrangeira

Aderiram à FXGO, desde 30 de Março, 23 bancos nacionais e oito empresas do sector de petróleo e gás em Angola. Em breve, o BNA prevê publicar a regulamentação para que as empresas diamantíferas possam também negociar operações cambiais através da referida plataforma.

Pretende-se ainda que empresas de grande dimensão, com necessidades de compra de moeda estrangeira, como, por exemplo, empresas de navegação aérea, passem a aceder à plataforma FXGO para negociar as operações cambiais, acrescenta o regulador.

Está também em curso o processo de adesão à plataforma pelo Tesouro Nacional, permitindo que as vendas de moeda estrangeira sejam também negociadas directamente com os bancos através da plataforma. A plataforma publica as taxas de câmbio de mercado actualizadas em tempo real, com base nas transacções realizadas através do sistema e outra informação relevante recolhida.

O acesso à plataforma depende da subscrição do serviço junto da Bloomberg e é restrito a entidades autorizadas pelo BNA.

O banco central acredita que vão estar reunidas as condições para deixar de realizar leilões de vendas de moeda estrangeira, intervindo apenas no mercado cambial através da plataforma.

ROUBO DE 400 MILHÕES DE KWANZAS

BPC admite ter sistema informático frágil e vulnerável

O BPC confirmou a subtracção de 400 milhões de kwanzas na pretérita noite de 17 de Abril, acção detectada três dias depois. Segundo nota de esclarecimento, a unidade bancária avança, sem precisar a quantia, que, do montante subtraído ilegalmente do sistema, foi possível “bloquear alguns valores.” A instituição reconhece debilidades do sistema informático, mas garante que a acção criminosa teve êxito “devido à conivência de trabalhadores desonestos, que insistem em adoptar práticas lesivas à instituição, quebrando procedimentos instituídos e quando isso acontece, pouco ou nada pode ser feito para evitar fraudes”.

Com vista a evitar roubos no sistema, a instituição garante estar na forja a criação de um Centro de Operações de Segurança baseado em padrões internacionais, cujo processo de contratação de entidade especializada

está em fase conclusiva. O especialista em Compliance, Francisco Munginga, explica que, além da debilidade no sistema informático, é visível no banco público a falta de uma gestão rigorosa que possa contrapor os ataques informáticos à instituição cada vez mais descapitalizada. “Verifica-se claramente que o banco não possuía um Plano Estratégico para a segurança de informação, no qual permitiria definir e executar as inconformidades detectadas pela organização, bem como, planeamento de auditorias trimestrais em Tecnologias de Informação e a existência de um plano efectivo de melhorias contínuas.” Por outro lado, defende o reforço da base normativa e penal na empresa, de formas a torná-la cada vez mais robusta, com planos de divulgação e de formação de pessoal permanentes e com avaliação, que por um lado permita dar uma melhor resposta ao cliente e, por outro, melhore a relação interpessoal dos colaboradores.

Guilherme Francisco



Fazendas com energia

Os ministérios da Energia e Águas (Mineia) e o da Agricultura e Pescas apoiam a extensão da rede eléctrica às fazendas agrícolas no Kwanza-Sul. O projecto de execução das linhas de média tensão terá uma dimensão aproximada de 75 quilómetros. “Com isso, pensa-se numa agricultura sustentável, aproveitando a disponibilidade existente de energia de produção hídrica, proveniente da rede eléctrica nacional”, refere uma nota do Mineia, que indica ainda que “a obra tem o prazo de execução de seis meses, devendo os trabalhos ficar concluídos antes do final do ano”.

João Baptista Borges, titular do Mineia, esteve na Quibala e no Waku-Kungo, mas não revelou o custo dos dois projectos. Cabe à Ende realizar e implantar o ramal de média tensão, em simultâneo com a construção das linhas de baixa tensão.

Na Quibala, a primeira fase de construção das redes de distribuição em média e baixa tensões, incluindo as ligações domiciliárias, vai decorrer entre Julho e Agosto, segundo o Mineia.